

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

ATA Nº 049

PRESIDENTE - DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Invocando a proteção de Deus e em nome do povo mato-grossense, declaro aberta esta audiência pública requerida por mim, Deputado Zé Carlos do Pátio, com o objetivo de debater a Regularização Fundiária Urbana e Rural do Estado de Mato Grosso.

Convido para compor a mesa os Exm<sup>os</sup> senhores: Deputado Sebastião Rezende, Deputado Valdir Barranco e Deputado Silvano Amaral; Diogo Tellesmartins Pereira, Assessor Parlamentar da Secretaria Especial da Agricultura Familiar de Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República; meu companheiro, Vice-Presidente Estadual e Secretário Executivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - CONDRAF, Valdir Corrêa; José Dumont Teixeira, Coordenador Geral de Regularização Fundiária; José Ricardo Ramos Roseno, Secretário Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República; Sorrival de Lima, Secretário Extraordinário da Regularização Fundiária da Amazônia Legal - SERFAL; Defensor Público Air Praeiro Alves; e Defensor Público Valdenir Pereira.

Agradecemos a presença dos assentamentos: acampamento Padre João Dom Aquino; acampamento União da Vitória, São José dos Quatro Marcos; Assentamento Santa Barbara, Chapada dos Guimarães; Assentamento Santo Aurélio Boa Esperança, Indiavaí; Associação Pitomba, Araputanga; Assentamento dois Irmãos, Guiratinga; Assentamento Manoel Pereira, Guiratinga; coordenadores do Movimento Luta Pela Terra dos Municípios de Barra do Garças, Canarana, Pontal do Araguaia e Campinópolis.

Agradecemos a presença de Elza Maria Moura da Silva, Vereadora de Itanhangá; professor Luciano Demazzi, Vereador do Município de Aripuanã; Oseias Pereira Guedes, Vereador do Município de Colniza; Alinor Miranda, Vereador de Nossa Senhora do Livramento; Hilton Gusmão, Vereador do Município de Várzea Grande; Vereador da Câmara Municipal de Alto Araguaia, Anderson Borges - é uma satisfação estarem aqui todos os esse vereadores; Joel Marques de Queiroz, Vereador de Araputanga; Maria de Lourdes de Oliveira, Chefe de Gabinete da Prefeitura de Dom Aquino e Secretaria Estadual de Solidariedade.

Convido o Deputado Estadual e Prefeito eleito Altir Peruzzo eleito de Juina - parabéns Deputado! -, esse Deputado é um caboclo ajeitado; e o Deputado Estadual Wilson Santos para comporem a mesa conosco. (PALMAS)

Agradecemos a presença de Renato Mendes, Secretário Municipal de Agricultura de Rondonópolis; Jonathan da Silva Gusmão, Subsecretário de Desenvolvimento Urbano do Município de Várzea Grande; Dr. João Jacson Vieira Gomes, Advogado do Movimento da Luta pela Terra.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

Sr. Benedito Lucas de Miranda, Assessor Parlamentar, neste ato representando o Senador da República José Medeiros, o convido para compor a mesa conosco. É um prazer tê-lo conosco.

Sr. Luiz Alberto Gomes da Silva, Assessor Parlamentar, neste ato representando o Deputado Federal Valtenir Pereira, a quem convido para compor a mesa - temos espaço aqui atrás -, porque é muito importante a representação dos nossos Deputados

Registramos a presença de Gilson Ferreira dos Santos, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Cláudia; Marcelo André Konageski, representando o Sindicato Rural de Primavera do Leste.

O senhor está representando o Sindicato Rural? Quero convidá-lo para compor a mesa.

Tem algum representante - o Cerimonial não colocou - da FETAGRI, Federação dos Trabalhadores da Agricultura-FETAGRI? Quero convidá-lo para compor a Mesa.

Quero convidar o Vereador do município mais distante, porque temos muitos vereadores aqui hoje, um vereador de um município que está a mil e quinhentos quilômetros daqui, de Colniza. Mil e quinhentos quilômetros! Você está convidado para compor a mesa representando todos os Vereadores.

O companheiro vir de Colniza aqui para defender a reforma agrária é o cara.

O Vereador Oséias Guedes é um caboclo ajeitado, veio de Colniza aqui para defender a luta do trabalhador. (PALMAS)

Registro Luimar Luiz Gemi, Presidente do Sindicato Rural do Município de Sorriso. Agradeço pela presença

Sr. Adolfo Grassi, Presidente do Sindicato do Servidor Público do Estado de Mato Grosso-SINDS, o convido para compor a mesa

Sr. Valdivino Tomaz de Aquino, Presidente do Sindicato dos Agricultores da Família de Rondonópolis, Itiquira e São José do Povo.

Convido o Deputado Estadual Wagner Ramos para compor a mesa. (PALMAS)

Sr. Anderson Ferreira, Coordenador do Sindicato da Agricultura Familiar do Município de Nobres; o Sr. Dr. Munir Arfox, do Núcleo de Regularização Fundiária. (PALMAS)

Depois eu falarei das outras representações, porque ainda há um grande número de lideranças. Mas agradeço a presença do Dr. Munir Arfox, Defensor Público. Obrigado por estar aqui.

Aliás, meus caros Deputados, a presença da Defensoria Pública aqui é mais uma demonstração que nós, Deputados, temos que ajudar a Defensoria Pública. Nós temos que deixar de falar que a Defensoria Pública é o primo pobre nosso. Há que ser o primo rico, porque a Defensoria Pública pode ajudar muito este Estado de Mato Grosso. Eu deixarei o meu mandato no dia 31 de dezembro e peço aos meus colegas que valorizem a Defensoria Pública.

Eu quero agradecer a presença do Vereador Carlos Antônio do Carmo, Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu, e do Sr. Nilson Ferro de Oliveira, Diretor de Cadastro Fiscal, neste ato representando o Sr. Pascoal Santullo Neto, Secretário de Fazenda do Município de Cuiabá.

Depois, identificaremos as outras lideranças.

Caso haja o interesse de alguém da plateia em interpelar o palestrante poderá fazê-lo com prévia inscrição junto ao Cerimonial, estritamente sobre o assunto, e o interpelado terá 03min para resposta.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

Convido a todos para, em posição de respeito, ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro.

(EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Passo a palavra para o Sr. José Ricardo Ramos Roseno, Secretário Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República, para fazer uma palestra.

Quero ser muito breve e dizer que essa Audiência Pública da Assembleia Legislativa é para discutir a regularização fundiária no Estado de Mato Grosso, porque a regularização fundiária na nossa concepção é cidadania, é inclusão social, é direito do trabalhador e do cidadão. Então, não serei muito longo nesse debate. E como o nosso Partido Solidariedade hoje está dirigindo o INCRA Nacional - está acabando de chegar, daqui a pouco, o Presidente Nacional do INCRA - e uma das bandeiras que estamos defendendo é a regularização fundiária no Estado de Mato Grosso, que é um dos problemas mais sérios que há.

Ouviremos agora o Secretário Especial da Agricultura Familiar, que fará sua palestra em cima das reivindicações da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. Passarei a palavra para ele e depois abriremos para discussão, mas quero antes... Vamos ouvi-lo e depois ouviremos os nossos colegas Parlamentares.

Esta Audiência Pública está sendo transmitida ao vivo pela *TV Assembleia*, pela *Rádio Assembleia* para toda Baixada Cuiabana e grande parte do Estado de Mato Grosso. Obrigado toda imprensa, escrita, falada e televisionada do Estado. Muito obrigado.

Passo a palavra ao Sr. José Ricardo Ramos Roseno.

O SR. JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO - Meu muito bom dia a todos e a todas!

Quero pedir licença a todas as autoridades e participantes para dispensar a leitura das nominatas e cumprimentar o Deputado Estadual Zé Carlos do Pátio, que preside esta Audiência Pública, e em nome dele cumprimentar todas as autoridades, lideranças, produtores, assentamentos, extensionistas e demais técnicos que se relacionam com a área.

Quero também trazer um forte abraço do nosso Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, nosso Presidente Michel Temer, durante apresentação eu conversarei com vocês, falarei sobre a atenção e o interesse deles com relação a esse tema, que é tão importante para o nosso País, e que precisa realmente ter uma ação muito efetiva para que avancemos com efetividade no espaço rural com esse tema de regularização fundiária.

Quero também falar da situação de como se encontra hoje o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que todos vocês conhecem é responsável pelo PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, pelo crédito fundiário; que lidera o INCRA, ANATER - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, todas as políticas públicas relacionadas à agricultura familiar. Esse Ministério hoje se transformou numa Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, hoje sou o Secretário responsável por essa entidade.

Houve alguma perda com relação às políticas públicas? Nenhuma, continuamos com todas as políticas públicas que o Ministério do Desenvolvimento Agrário implementava. Houve alguma perda de orçamento? Não, tivemos ampliação do nosso orçamento para 2017, como será a importância e a efetividade que o Governo dará? Total.

Hoje a nossa Secretaria, essa pasta, essas políticas são ligadas diretamente ao Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, e ao Presidente Michel Temer, isso demonstra a

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

importância que o atual governo dar à agricultura familiar, à reforma agrária, à regularização fundiária, e a todos os temas relacionados à agricultura familiar do nosso País.

Terei oportunidade de exemplificar um pouco disso ao longo da minha apresentação, também antes de iniciar quero me apresentar, meu nome é José Ricardo Ramos Roseno, sou Engenheiro Agrônomo, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, sou extensionista de carreira da EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais. Eu tenho 22 anos de extensão rural no Estado de Minas Gerais. Lá eu fui técnico local; dei assistência em assentamentos de reforma agrária; fui dirigente de unidade básica; Gerente Regional da EMATER de Minas Gerais; Diretor Técnico da EMATER de Minas Gerais; Presidente da EMATER de Minas Gerais; e também fui Presidente da Associação de todas as EMATER do Brasil.

Neste momento, tenho a oportunidade de conhecer o Estado de vocês, Mato Grosso.

Hoje fui convidado pelo Presidente Michel Temer para compor a equipe técnica dele, administrar uma das Pastas, porque realmente há necessidade de se ter técnicos nessa gestão. Hoje, quase 100% das demais Pastas, sob a atual gestão do Governo Federal, são dirigidas por técnicos, porque precisamos de resultados para este País.

Então, vou falar um pouquinho para vocês de uma das nossas políticas, que é a regularização fundiária. Uma das etapas da regularização fundiária, de que eu vou falar com vocês, que não é o nosso objetivo final, é a titulação definitiva da terra.

Quero fazer uma prévia, pedindo que levante as mãos quem é assentado de reforma agrária aqui.

(PARTICIPANTES LEVANTAM AS MÃOS.)

O SR. JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO - Qual é a prioridade dos assentados de reforma agrária: o crédito, a infraestrutura ou o título da terra?

Vamos lá. Vamos começar aqui a apresentação.

(O SR. JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO INICIA UMA APRESENTAÇÃO DE *SLIDES*.)

O SR. JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO - Bom, como eu comentei, hoje, o Ministério de Desenvolvimento Agrário se transformou na Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, ligada diretamente à Casa Civil.

O INCRA é ligado diretamente a nossa Secretaria. A ANATER é ligada diretamente a nossa Secretaria. A ANATER é Agência que vai trabalhar com a assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar.

Eu não sei se os componentes da mesa vão conseguir ver. Ah! Tem o telão ali.

A SERFAL é uma Subsecretaria que cuida somente da regularização fundiária daquelas terras de domínio da União na Amazônia legal, do Programa chamado Terra Legal.

E a Subsecretaria de Reordenamento Agrário-SRA é a Secretaria que trabalha a titulação, em parceria com os Governos dos Estados, nas terras sobre o domínio dos Estados.

Ou seja, são três frentes em que estaremos trabalhando com relação à regularização fundiária. Uma delas, a primeira, é o INCRA, que é para os assentados da reforma agrária. A segunda é a SERFAL que são aquelas terras federais...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Um minuto, por gentileza. Dá-me licença. Quero convidar a Deputada Janaina Riva e o Sr. Nilton José de Macedo, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura - FETAGRI para compor a mesa.

Deputada Janaina Riva, muito obrigado.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

Devolvo-lhe a palavra, por favor. (PALMAS)

O SR. JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO - Então são três frentes: uma nas terras da Amazônia Legal, com terras de domínio da União, a SERFAL, que trabalha com o Programa Terra Legal, em que o Estado de Mato Grosso está inserido; a segunda é o INCRA, que trabalha com a regularização fundiária dos assentamentos de reforma agrária; e a terceira é a Subsecretaria de Regularização Agrária, que trabalha com as terras de domínio do Governo do Estado, porque temos uma parceria de repasse de recursos e repasse de metodologia com o objetivo de titular aqueles posseiros que se encontram em terras do Governo do Estado.

O INCRA tem uma legislação muito antiga, de 1993, que orienta hoje todo o trabalho de regularização fundiária nos assentamentos de reforma agrária. A SERFAL é responsável pelo Programa Terra Legal, da Lei nº 11.952/2009 e trabalha com a regularização fundiária das terras de domínio da União que se encontram na Amazônia Legal. E a Subsecretaria de Desenvolvimento Agrário trabalha com dois programas: o Programa Nacional de Crédito Fundiário, de qual falaremos um pouquinho mais em detalhes mais à frente; e o outro é um instrumento com o Governo dos Estados para fazer a titulação de terras sob o domínio dos Governos dos Estados.

Vamos falar um pouquinho sobre o INCRA. Todo mundo aqui conhece o INCRA. Ele não é novo, é uma instituição que tem 46 anos, foi criada em 1970, presente em todo o território nacional, por meio de trinta Superintendências. Tem Estado que tem mais de uma superintendência, que é o Estado do Pará, por exemplo, com o objetivo de trabalhar as questões fundiárias do nosso País.

Quando o INCRA foi criado, ele tinha cinco objetivos: zoneamento, cadastro e tributação fundiária; arrecadação, discriminação de terras e regularização fundiária; projetos de colonização; cooperativismo; e CIRA-Cooperativas Integradas de Reforma Agrária.

Ao longo dos anos, o INCRA foi absorvendo tanta atribuição que hoje são mais de quatorze. Nem vou ler tudo. Então, quando tiramos o foco, com certeza, algum prejuízo teremos.

Também quero ressaltar que o INCRA, quando foi criado, tinha 9.000 funcionários; hoje, tem pouco menos de 4.000 funcionários.

Quanto aos números do INCRA eu quero que vocês guardem e prestem bastante atenção nesses números de que estou falando aqui. O INCRA tem 46 anos de existência, teve 9.000 funcionários; hoje, tem menos de 4.000. Em 1985, existiram 67 projetos de assentamento de reforma agrária; hoje, existem quase 1.000 projetos de assentamento de reforma agrária no Brasil! Naquela época eram 9,8 milhões de hectares nesses assentamentos; hoje, são 88,4 bilhões de hectares, sob a gestão de uma entidade. Em 1995, eram 117.000 famílias; hoje, é quase milhão de famílias presentes nos quase 1.000 projetos de assentamento de reforma agrária. Então, guardem bem esses números! São 46 anos de existência, 1.000 projetos de assentamento de reforma agrária e quase 1 milhão de famílias que dependem de uma instituição para levar as políticas públicas.

Quero também que vocês guardassem esses números dessa próxima planilha. O que foi feito, o que aconteceu com relação aos imóveis, ao número de famílias, aos hectares e aos valores durante esse período?

No período de 1985 a 1990, tinham 756 imóveis desapropriados que geraram assentamentos de reforma agrária. De 1991 a 1992, foram acrescentados mais 11. De 1992 a 1994, mais 238. De 1995 a 2002, foi o período que a reforma agrária mais avançou em número, foi o período que mais avançou em termos de número de assentamentos e de famílias no Brasil, foram 3.531 assentamentos. De 2003 a 2010, 1.956 unidades, assentamentos. De 2011 até 2015, apenas 237 propriedades foram desapropriadas para fins de reforma agrária e aqui são os valores. Aqui são

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

as áreas desapropriadas ao longo dos anos. Começou-se a acompanhar esses números, a partir de 1995, então em 1995, pouco mais de um milhão de hectares; em 1998, foi quando mais desapropriou, mais de dois milhões de hectares. Ao longo do tempo, ao invés de avançarmos, teve um decréscimo no rendimento do número de assentamento de reforma agrária.

Isso analisando os números de assentamentos, números de assentados, orçamento e o que aconteceu ao longo dos anos. Eu acho muito importante, antes de falarmos de titulação, de regularização fundiária, de nós passarmos um pouquinho pela história, ver o que aconteceu ao longo dos anos, qual é situação que encontramos hoje para vermos o que nós temos que fazer no Brasil e em Mato Grosso.

Imóveis desapropriados por ano... O número de imóveis, também: em 1995 - 200; 1998, quase 1.000 imóveis; 2015, nenhum; 2014 - 30; 2013 - 100; 2012 - 28, ou seja, um número muito reduzido nos últimos anos, alguma coisa de errado estava acontecendo.

INCRA... Números de famílias, a mesma coisa, nós avançamos muito em 1998, depois foi reduzindo a efetividade.

A questão dos títulos... Quando a pessoa vai para o acampamento na beira da estrada, que ela precisa... Uma propriedade rural precisa de terra para produzir, para sobreviver, ela precisa da terra para ela, ela não quer que aquela terra seja de outro, seja do INCRA, seja do Governo Federal, ela quer a terra para ela.

Então, quando você quer a terra, o que comprova que a terra é sua? É o documento, é o título da terra, aí sim, você é dono daquela terra, você é proprietário de um imóvel rural. O número de títulos entregues ao longo dos anos... Ano 2000, títulos definitivos - 11.000 mil; 2001 - 36.000 mil; 2002 - treze e por aí vai, 2003, nove; vamos aqui para o final, 2016, trezentos e sete; 2015, quarenta e um; 2014, não entregou nenhum título; em 2013, dois mil e poucos títulos, isso pensando em quase um 1.000.000 milhão de famílias que há, hoje, nos assentamentos.

Aqui eu fiz só um recorte dos resultados, números de títulos entregues no período de 2003 a 2015. Ou seja, nos últimos doze anos, quantos títulos foram entregues para os assentados? Vinte e dois mil títulos, em doze anos.

No período anterior de 2000 a 2002, foram entregues, ou seja, em dois anos, sessenta e dois mil títulos. Ou seja, o objetivo mudou. Até 2003, era entregar títulos, ou seja, propriedades para o assentado. Depois, passou a não ser prioridade titular.

Com relação ao orçamento... Quando falamos em orçamento: Ah! É o orçamento do INCRA. É o orçamento do Governo Federal. Mas, da onde vem esse orçamento? De onde vem o dinheiro do Governo Federal? Vem do nosso bolso, dos impostos que pagamos.

Isso aqui é o comportamento do orçamento do INCRA, ao longo de 1995 até 2015.

Não sei se vocês se lembram lá qual foi o período em que mais se titulou, mas se entregou título, mais desapropriou. O Presidente do INCRA está chegando...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu quero suspender um pouco a nossa palestra e convidar o Presidente Nacional do INCRA, o Dr. Leonardo Goés para compor a mesa conosco. (PALMAS)

O SR. JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO - Então, eu queria destacar que o orçamento, não sei se vocês estão acompanhando, de 1995 até 2015, isso aqui é o comportamento do orçamento do INCRA, ou seja, em 1995 tínhamos um orçamento na casa de um bilhão, depois caiu, aumentou. Ficou entre quinhentos milhões e um bilhão de reais, naquele período que mais titulou, ou seja, pouco dinheiro e muito resultado. Não sei se vocês se lembram, em 1998/2000, foi o período que mais se desapropriou, titulou e realizou assentamentos. E aqui, um período que menos

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

se teve resultados com relação à desapropriação, à titulação, mas foi um período em que o INCRA mais gastou.

Um cenário encontrado assim que assumimos há cinco meses. O Leonardo, Presidente do INCRA, chegou a Brasília comigo, eu assumindo a Secretaria e ele assumindo o INCRA.

Uma ação do Tribunal de Contas da União... Nessa ação do Tribunal de Contas da União, 678.430 assentados da reforma agrária que foram apontados pela fiscalização do Tribunal de Contas da União como acontecendo alguma irregularidade na situação dele lá no assentamento, impedindo que o INCRA e qualquer outra política pública chegassem àquele assentado de reforma agrária, ou seja...

Lembrando aqueles números que falei até agora: assentados de mais de trinta anos que estão ali no assentamento... Na verdade, há assentado, que desde a criação do INCRA, há 47 anos, que até o momento não tinha ainda, não tem o título da terra, o documento da terra; assentados que entraram no assentamento de outra forma, não reconhecida por aquela Lei de 1993, que é uma Lei que está defasada. E uma situação que coloca a grade maioria, vocês vejam, de novecentos mil assentados, quase todos apontados aqui com uma situação de irregularidade, ou seja, muitos anos de ineficiência. É um acórdão do Tribunal de Contas da União bloqueando mais de 50% das famílias dos assentados. Essa é a situação encontrada.

Qual foi a ação que foi feita com relação a esses 478 mil bloqueados? O Ministro Padilha, o Presidente do INCRA e várias lideranças, inclusive, o Partido Solidariedade, foram até o Tribunal de Contas da União pedir o desbloqueio daquelas famílias, mesmo que temporário, para que não faltasse a política até aquelas famílias, de modo que solucionássemos a situação daquelas famílias. Então, o Tribunal de Contas da União permitiu o desbloqueio durante quatro meses. Nesses quatro meses, temos que resolver a situação dessas famílias que se encontram lá nos assentamentos.

Também, das quase um milhão de famílias, apenas 25% recebem assistência técnica em extensão rural, ou seja, 750 mil famílias não têm uma orientação técnica. Como pode? A família está lá no assentamento, não chega informação pelo técnico. Chega a informação por quem? Como aquele produtor, que está explorando aquele lote, vai produzir?

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu queria pedir desculpas.

Acabou de chegar, também, agora... Aliás, toda a cúpula nacional do INCRA está aqui hoje, está o Presidente, está toda a Diretoria e acabou de chegar o Dr. Luiz Antônio Possas de Carvalho, Diretor de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento do INCRA, e o Dr. Rogério Palardo Arantes, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do INCRA Nacional – quero convidá-lo para compor a mesa - e o Sr. João Bosco, Superintendente Regional do INCRA.

O Sr. João Bosco é servidor de carreira, uma referência nossa, que sempre lutou pela reforma agrária. (PALMAS)

Quero agradecer a presença do Vereador Sr. Juary Miranda, de Rondonópolis; Edson, do Município de Pedra Preta; Vereador Rony Cardoso, do Município de Rondonópolis; Sr. Juvenal Pereira Brito, Prefeito eleito de Pedra Preta...

Eu quero convidá-lo, Ná, para representar todos os prefeitos para compor a mesa conosco.

O Prefeito eleito do Município de Gaúcha do Norte, Voney Goiano, do Solidariedade.

Desculpe-me o Ná, mas quero, também, convidar para compor a mesa o nosso Prefeito eleito pelo Partido Solidariedade. O Partido Solidariedade está crescendo, hein!

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

Sr. João Batista Soares, Vereador eleito no Município de Rondonópolis; Sr. Cosme Alves de Araújo, Presidente do Acampamento Macaíba; Sr. Oscar Menezes, Secretário de Indústria e Comércio do Município de Itiquira; Sr. Moacir José da Silva, Presidente da Associação Bom Jesus - Assentamento Carimã.

Ainda, falta...

Estou vendo alguns Vereadores que, ainda, não foram falados as presenças, que não estão aqui, como a Vereadora Nancy Konno, do Município de Pedra Preta; Vereador Amarelinho; Vereador...

Eu quero que o Cerimonial me dê...

Vereador Bilu Do Depósito de Areia, do Município de Rondonópolis; Vereador Vilmar Pimentel, do Município de Rondonópolis.

Eu quero que o Cerimonial me dê esses nomes, porque são muitas lideranças do Estado e os Vereadores estão representados por um Vereador de Colniza, a mais de 1.500 quilômetros daqui.

(PARTICIPANTE DA PLATEIA SE MANIFESTA: “Ozéias!”)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Ozéias.

Veio gente do Estado de Mato Grosso todo! (PALMAS)

Solicito ao Cerimonial que me traga os nomes das outras pessoas que, ainda, não citei.

Continua com a palavra o Sr. José Ricardo Ramos Roseno.

O SR. JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO - Deputado, eu quero parabenizá-lo mais uma vez pela iniciativa e pela mobilização. Isso é sinal de que o assunto é importante.

Inclusive, precisamos ao final desta Audiência Pública ter uma orientação dos senhores para levar direto ao Ministro Padilha e ao Presidente Michel Temer. Essa ação é importante ou não? O caminho que estamos tomando é esse ou não? Se não for, vamos replanejar - não é isso, Deputado? - para continuar avançando.

Então, ainda, do cenário encontrado, eu estava falando sobre assistência técnica e extensão rural.

Se não chega o técnico ao assentamento para orientar aquelas famílias com relação à legislação ambiental, com relação às principais práticas produtivas, comercialização, organização social, todo trabalho econômico, social e ambiental, como aquelas famílias sobreviverão naquele assentamento? Essa legislação da reforma agrária é tão defasada que se o técnico do INCRA identificar que tem alguma família que está ali explorando lote e que não entrou pelo formato correto, o técnico do INCRA tem que fingir que não viu durante dez anos. Só depois de dez anos que ele poderá chegar lá e efetivar aquela família no assentamento. Então, é uma legislação completamente ultrapassada e que não atende as famílias que estão lá que é o nosso objetivo.

- Déficit habitacional de 175.000 mil casas;...

Ou seja, tem 175.000 mil assentados que não têm casa para morar no assentamento que foi destinado pelo Governo para ele;

- vinte bilhões em passivo de infraestrutura: saneamento básico, água, esgoto, habitação, estradas vicinais e demais obras de infraestrutura mínima necessária para sobrevivência de uma família numa comunidade rural;

- menos de 15% das famílias assentadas receberam seus títulos de domínio ao longo do 30 anos de programa.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

Ou seja, daquelas quase um 1.000.000 milhão de famílias 15% dão o quê? Cento e cinqüenta; 160.000 mil famílias que têm documento da terra. O restante está lá, ainda, esperando o atendimento, a atenção do INCRA que não dá conta de atender a todos.

A situação do INCRA, da reforma agrária aqui, em Mato Grosso.

Número de famílias assentadas. São 82.860 famílias assentadas aqui, em Mato Grosso; 549 assentamentos; com assistência técnica, apenas, 10, 10% dos assentamentos praticamente; 560 famílias são beneficiadas com assistência técnica.

Ou seja, mais de 81.000 mil famílias aqui, em Mato Grosso, não têm orientação técnica financiada pelo INCRA para produzirem.

Número de contratos de concessão de uso, CCU, que é o reconhecimento de que aquela família está lá, um título provisório, apenas, 35.862; Títulos de Domínio-TD expedidos – 8.256.

Esses são os números de Mato Grosso. O Presidente está aqui para confirmar e corrigir.

Então, com relação ao INCRA era essa mensagem que eu tinha para trazer. O Presidente está aqui. Na sequência a palavra vai estar franqueada e poderemos questionar esses números ou apoiar.

Outra forma que eu falei nossa de atuando no sentido de regularização fundiária é por meio do Programa Terra Legal.

O Programa Terra Legal é implementado por uma Subsecretaria ligada a nós, a SERFAL. O Programa Terra Legal abrange os Estados do Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, ou seja, Mato Grosso é contemplado no Programa Terra Legal.

Quero destacar aqui que essa área ocupa 60% do território nacional. A importância disso... A questão da Amazônia é uma situação de visibilidade mundial. O mundo inteiro está preocupado como o Brasil faz gestão das terras da Amazônia com relação às questões ambientais, às questões fundiárias das famílias, das famílias, como as famílias exploram as propriedades da Amazônia. Tanto é importante que temos duas cooperações técnicas internacionais.

Deputado, temos uma cooperação técnica com a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), que é uma entidade alemã que nos apoia com relação à gestão da Secretaria, todos os avanços e amadurecimentos desse Programa Terra Legal. Acabamos de firmar outra cooperação com a União Européia de quase 6 milhões de euros que tem o objetivo de trabalhar o pós-título.

Reforçando, a titulação é o objetivo final nosso, desse Governo? Não! A titulação é meio para aquela família avançar. Então, qual o objetivo dessa cooperação com a União Europeia? Contratar técnicos e Infraestrutura com o objetivo de orientar aquelas famílias que estão recebendo título a explorar aquela unidade familiar, agora, documentada no sentido de manter os 80% de reserva legal; como ganhar dinheiro daquela propriedade, principalmente sem desmatar.

Os números da SERFAL de 2009.

É uma lei que foi criada em 2009 e foi criada uma entidade que funciona com uma estrutura mista, funciona com uma estrutura parte do INCRA e parte da nossa Secretaria. Nesse período está trabalhando com a demanda de 160.000 mil propriedades que buscam a regularização fundiária.

Essa lei é um recorte de dezembro de 2004, ou seja, aqueles produtores que exploram aquela unidade familiar antes de dezembro de 2004 são público alvo dessa ação.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

Qual o objetivo? O posseiro está explorando aquela unidade, que é uma unidade federal, o nosso programa vai lá, faz o georreferenciamento, elabora o título e esse título é pago. Tem uma tabela que varia em relação ao tamanho da propriedade, em relação à classificação daquele agricultor e ele paga ao longo de 15 a 20 anos.

O programa visa regularizar a situação fundiária das terras da União, da Amazônia Legal.

Todos vocês sabem que se fôssemos analisar aquilo que está nos cartórios teria que ter umas três Amazônias para poder ter aquela quantidade de documento. Então, ou seja, o documento nosso é o documento que vai valer.

O georreferenciamento e cadastramento dos imóveis; ações e mutirão para a concessão dos títulos nos cartórios. Ou seja, iniciamos a ação fazendo um mutirão naquela cidade, onde são chamadas aquelas famílias para poderem se cadastrar para serem contempladas com o programa. E as ações contemplam o meio rural e o meio urbano. Já foram regularizados mais de um milhão de hectares, ou seja, produtores que receberam o título da sua propriedade.

Aqui, num gráfico, 27.940 títulos emitidos, a grande maioria rural, mas tem urbano também.

Para vocês terem ideia, tem cidades que nós titulamos bairros inteiros. Aquilo ali é doado para o município e aquela família que estava em uma situação de posse urbana tem condição de ter o documento da sua casa também.

A evolução do nosso programa e da nossa equipe de 2009 até então. Em 2009 foram apenas 244 títulos, e a partir do amadurecimento e dos avanços dessa equipe, bem como dessa interação com a Alemanha, por meio da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit - GIZ*, estamos conseguindo avançar.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Quero registrar a presença do Deputado Saturnino Masson e convidá-lo para compor a mesa.

Nós estamos, aliás, com a metade da Assembleia Legislativa aqui. (PALMAS)

Quero agradecer a presença dos meus colegas Deputados. Eu acho que está sendo uma excelente despedida com a presença de quase toda a Assembleia nesta Audiência Pública.

Quantos minutos têm ainda de palestra?

O SR. JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO - Mais uns 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Gostaria que reduzisse para uns dez minutos para abirmos ao debate.

O SR. JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO - Evolução da titulação ao longo dos anos. O total de títulos por Estado, e aqui Mato Grosso está contemplado com 536 títulos. Quatrocentos e dois títulos urbanos emitidos ao longo desses anos.

O georreferenciamento: 141 mil parcelas georreferenciadas, ou seja, 141 mil unidades foram georreferenciadas. Isso apoia outros Ministérios, como exemplo o Ministério do Meio Ambiente.

Pode seguir.

Aqui 54,9 milhões de hectares georreferenciados, também, só para efeito e dados.

Aqui, no caso, 10,4 milhões de hectares no Estado de Mato Grosso, são áreas da União, áreas de atuação do Terra Legal. São essas terras marcadas em cinza.

Georreferenciamento no Mato Grosso, ainda, 7.346 parcelas georreferenciadas.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

Não sei se os senhores se lembram, foram entregues apenas 500 títulos, mas foram georreferenciadas 7.346. Muitos lotes, muitas ações são iniciadas, mas não são concluídas em função de alguma irregularidade, seja por meio do CPF do próprio explorador ou da propriedade.

5,1 milhões de hectares georreferenciados no Mato Grosso, número de hectares.

O número de títulos emitidos no Mato Grosso: rurais, 464; urbano, 47.

Já concluindo, aqui, a Subsecretaria de Reordenamento Agrário - SRA, uma Subsecretaria também ligada a nossa Secretaria, também ligada a Presidência da República, que é o Programa Nacional de Crédito Fundiário, que é um Programa onde dispomos de um fundo. Com esse fundo nós adquirimos uma terra para um grupo de produtores. Esse grupo de produtores vai receber, a título de empréstimo, esse fundo para pagar com vinte anos, juro de 1% ao ano; vai receber também o PRONAF, que é o crédito de investimento para implantar o projeto produtivo; vai receber assistência técnica durante três anos e vai receber para cada família em torno de 25 mil reais em infraestrutura.

Esse é um modelo que consideramos ser um modelo que funciona, um modelo efetivo para assentar famílias, partindo do princípio, inclusive, de que a terra é escolhida por aquele grupo e família. Então, os produtores é que escolhem a terra, organizam-se por meio da UTE - Unidade Técnica Estadual e são contemplados com esse programa.

No Brasil já foram contempladas 140 mil famílias; 21 Estados contemplados; 600 milhões de recursos investidos; 3 milhões de hectares.

A situação de crédito fundiário de Mato Grosso que operou de 2000 a 2016, 16 anos, contemplou quase 8 mil famílias; 613 mil hectares, um total de 237 milhões investidos.

Mato Grosso hoje está impedido de utilizar essa política em função da inadimplência que é alta para esses produtores. É objeto de ação e discussão nossa, do Governo Federal, com os movimentos e com o Governo Estadual.

Programa de Regularização Fundiária é o instrumento que fazemos com o Governo do Estado para apoiar a titulação de terras, que são de domínio do Governo Estadual. Entramos com recursos, entramos com a metodologia, uma parceria com a equipe dos titulares de terras do Governo do Estado com o objetivo também de titular. Nesse programa já investimos quase 70 milhões.

E aqui: por que titular? Nós falamos de um cenário. Para que titular? Para que entregar o título para o posseiro, para o assentado, para aquele agricultor que vem explorando a sua propriedade rural há mais de trinta anos? Para que entregar o documento da terra para eles?

Primeiro, a inclusão produtiva, a inclusão social, a inclusão econômica. A família é dona daquele pedaço de terra, tem acessos às principais políticas públicas que o assentado hoje não teria.

Segurança jurídica da propriedade; tem acesso a um crédito rural, o PRONAF, outra linha de crédito; desenvolvimento econômico, ou seja, ele vai começar a gerar riqueza a partir, inclusive, de outras políticas que chegaram na propriedade; geração de emprego e renda para pequenos e médios agricultores, a classificação da agricultura familiar.

A agricultura familiar no Brasil é o grupo econômico que mais emprega no meio rural. Sete de cada dez postos de trabalho no meio rural são oriundos da agricultura familiar.

Aumento da capacidade arrecadatória, ou seja, nós temos produtores que tem um título que vão pagar impostos, ITR, para o Governo Federal.

Acesso a políticas públicas; diminuição de desmatamento, aquele produtor vai aderir ao CAR, vai ser acompanhado com relação à evolução daquela propriedade no sentido de produzir e preservar o meio ambiente; a diminuição dos conflitos agrários.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

Na regularização fundiária na Amazônia Legal ainda se pode acrescentar o levantamento da malha fundiária e a implementação da governança fundiária. Aquilo que comentei, que prevê não só a titulação, mas, como toda uma orientação técnica, a partir do recebimento daquele título.

Aqui, agora, como fazer? A nossa equipe da Secretaria, da Casa Civil e do INCRA há cinco meses está discutindo como vamos resolver o problema daquelas mais de seiscentas mil famílias, Deputado, que estão hoje em situação de não poder produzir, como resolver a situação daquelas famílias que estão em situação de posse durante toda vida. Isso passa pela modernização da legislação. A atual legislação hoje nos impede isso.

Então, estamos trabalhando num projeto de lei que tem o objetivo de viabilizar a regularização daquelas mais de setecentas mil famílias que estão apontadas pelo TCU.

A grande maioria é beneficiária da reforma agrária, mas aquela lei não contemplava aquela família.

Então, passa realmente por uma série de ações: estratégia, planejamento, capacitação de equipe, mas sem uma legislação e sem uma discussão nacional muito forte não temos como avançar. Continuaremos com aquelas mais de um milhão de famílias formando, contribuindo para a favelização rural.

Por fim, a ideia é trabalhar com títulos da terra para os agricultores para que ele tenha acesso a mais de uma dezena de políticas que temos hoje.

Só para os senhores terem uma ideia, Deputado, hoje no Brasil nós temos 4,4 milhões de agricultores familiares - os assentados estão contemplados nesse número. No PRONAF hoje não conseguimos ultrapassar a marca de 1,8 milhões de famílias. Por quê? A grande maioria não tem título da terra. Então, isso significa crescimento econômico, significa dignidade para essas famílias.

Esse é o nosso objetivo. Enquanto estivermos lá assessorando o Presidente Michel Temer, assessorando o Ministro Padilha. Essa será a nossa atuação, será de realmente atender os assentados, atender a agricultura familiar com o objetivo de buscar a dignidade para o homem do campo.

Obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agradecemos a palestra do Dr. José Ricardo Roseno, Secretário Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República.

Agradecemos a presença do nosso querido Deputado Saturnino Masson.

Convido o Sr. Valdir Correa, Secretário Executivo do Conselho Nacional, para fazer suas colocações.

Depois eu quero ouvir a contribuição do nosso Presidente do INCRA e quero uma contribuição dos Deputados, logo em seguida.

Com a palavra, Valdir Correa, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável do CONDRAF.

O SR. VALDIR CORREA - Bom dia a todos trabalhadores e trabalhadoras presente.

Quero cumprimentar as nossas autoridades, os nossos Deputados presentes, o nosso Deputado Zé Carlos do Pátio, que é do Partido Solidariedade.

Parabéns ao Deputado, que convocou esta Audiência Pública para debater esse assunto muito importante para o nosso Estado de Mato Grosso.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

Quero agradecer a presença dos movimentos que estão aqui, são vários movimentos, associações...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Um momentinho!

Convido o Deputado Silvano Amaral para assumir a Presidência desta Audiência Pública para que eu possa falar com a imprensa que está me esperando.

(O SR. DEPUTADO SILVANO AMARAL ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 10H31MIN.)

O SR. VALDIR CORREA - Quero pedir dispensa para citar o nome das autoridades, porque já foram lembradas e citadas na apresentação.

O principal objetivo da minha fala aqui é levar ao conhecimento a dificuldade que tem um trabalhador até a chegada e a alegria que tem em receber o título da terra.

Quero dizer que aqui muitos são conhecedores da nossa história no Estado de Mato Grosso em relação à questão da reforma agrária - estou vendo vários assentados, vários -, porque participamos juntos, desde o comecinho da luta até a chegada na terra.

Como o Deputado Wilson Santos é conhecedor, somos neste Estado desbravadores pela luta da reforma agrária.

Eu quero dizer das dificuldades que levam o trabalhador a sair em busca desse sonho, que é um pedaço de terra, mais ainda, a preocupação quando chega a terra, a insegurança que o trabalhador tem.

Quero elogiar o gabinete do INCRA Nacional, que tem feito um trabalho brilhante para retomar novamente a reforma agrária no País. O nosso Presidente está aqui, toda sua equipe lá em Brasília - tenho acompanhado - está se dedicando para que o INCRA volte a realizar assentamento no País afora, que é uma necessidade de urgência.

Então, o que está sendo feito aqui hoje é uma correção pelo Estado de Direito, a obrigação de dar ao trabalhador aquilo que é o seu direito, que é a garantia de acesso a terra e o documento para que ele se sinta o proprietário daquela terra.

Temos a nossa lei dentro da nossa Constituição que garante isso, mas sua obrigação o Estado está fazendo, que é dar aqui a regularização e a titularização do lote da reforma agrária.

Eu quero lembrar que antes de chegarmos a essa situação a luta não foi fácil. Muitas vezes começamos num barraquinho de lona, na beira da estrada, enfrentando muitas dificuldades, como somos conhecedores dessa realidade, vamos para um assentamento, muitas vezes leva dois, três, dez anos na busca desta terra. Chegamos a terra e estamos hoje esta insegurança.

Falo isso porque também sou assentado pela reforma agrária.

Quero dizer que com esta política do Governo Federal de corrigir aquilo que é um direito do trabalhador, dando para ele o título da terra regularizado, a sua propriedade, para que ele possa junto a bancos, junto a outras instituições, acessar créditos, acessar moradia, enfim, acessar tudo aquilo que é de seu direito, imagino que neste momento o Estado de Mato Grosso está passando por um momento de mudança na questão da reforma agrária.

São muitos os assentamentos esparramados pelo Estado afora, além dos assentamentos comunidades rurais que não têm o título, são muitas cidades que foram feitas em cima de áreas de assentamento que precisam de sua regularização também.

Nosso Estado é um Estado agrário e eu quero dizer ao MDA-Ministério de Desenvolvimento Agrário, a Secretaria Especial que aqui está representada pelo nosso Secretario José Ricardo, da qual também faço parte, ao INCRA Nacional, que Mato Grosso precisa muito dessa ação que está começando agora, que é, além da titularização, além da regularização, e também temos

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

pendências nos acampamentos que devem ser resolvidos, enfim, uma série de questões que devem ser tratadas como a dignidade do trabalhador.

Estou vendo isso por parte das instituições que estão aqui hoje compromissadas, que estão aqui na mesa, os Deputados, as associações, enfim, todas as autoridades aqui representes que tem o compromisso de resgatar a dignidade do trabalhador que muitas vezes está a 100 quilômetros de uma cidade, está lá sem ter uma visita de um órgão público, sem tem assistência técnica. Então, são pessoas que estão lá a espera de alguém que leve alguma coisa para que ele se sinta mais firme e possa montar seu projeto em cima da terra.

Então, quero dizer que nós hoje representando o Governo Federal temos essa missão, juntamente com as autoridades do Estado de Mato Grosso, o Governo e Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, para que possa chegar a regularização a cada assentamento deste Estado, aqueles que têm acima de dez anos, chegar sua regularização, chegar o título, para que eles se sintam proprietários da área, que eles possam se sentir donos daquilo que sempre foi um sonho, que levou anos e anos para que chegasse esse dia, o dia dessa vitória.

Acredito que vai chegar o momento de ter esse título definitivo dessa propriedade.  
(O SR. DEPUTADO ZÉ CARLOS DO PÁTIO REASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 10H29MIM.)

O SR. VALDIR CORREA - Quero dizer a todos neste momento estamos passando por uma trajetória de mudança e quero agradecer muito o nosso Partido Solidariedade em nível nacional, que encampou essa política da agricultura familiar, porque todo mundo gosta de falar da agricultura familiar, mas poucos encampam à frente da agricultura familiar. O Solidariedade hoje está com essa missão com INCRA e também com Secretária Especial de Agricultura Familiar em Brasília para atender este País que é muito grande, especialmente o nosso Estado de Mato Grosso.

Então, o Solidariedade, juntamente com os demais comprometidos com esta causa, vai fazer o diferencial.

Quero dizer a todos os trabalhadores que não fiquem acomodados, cobrem. Estamos com autoridades aqui para cumprir essa cobrança, para que os títulos sejam verdadeiros, para que a regularização aconteça, para que a política da agricultura familiar chegue à ponta, chegue ao trabalhador rural, que é aquele que precisa de políticas públicas.

Então, em nome do CONDRAF, que é uma entidade composta pela sociedade e pelo Governo, vamos fazer toda gestão, para que essas políticas públicas, a titularização, a regularização aconteça neste País.

Estou vendo com bons olhos o comprometimento do INCRA nacional, do INCRA do Estado, da Secretaria Especial, enfim, toda a equipe está comprometida com a causa.

Então, juntos nós podemos realizar esse sonho, sonho que demorou anos e anos, e, quem sabe, o nosso Estado poderá estar corrigindo aquilo que eu disse anteriormente, que é um direito do trabalhador, receber a terra, receber o seu título, receber as políticas públicas sociais lá onde se encontra a família assentada, em qualquer canto deste País.

Então, quero dizer a todos muito obrigado.

Quero dizer ainda a vocês que esta Audiência deixará um marco histórico para o nosso Estado de Mato Grosso, porque é uma luta de muitos anos, que é a regularização e a titularização dos nossos assentamentos e das nossas comunidades rurais.

Obrigado a vocês, e uma boa Audiência a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Alguns Deputados querem fazer uma observação antes do Presidente Nacional do INCRA falar.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

Vou passar a palavra ao Deputado Sebastião Rezende, que foi o primeiro Deputado que chegou aqui, depois ao Deputado Silvano Amaral e depois ao Deputado Wilson Santos.

Com a palavra, o Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE - Cumprimentar a todos os presentes.

Este é um momento realmente especial.

Parabenizo o Deputado Zé Carlos do Pátio, nosso companheiro e Prefeito eleito de Rondonópolis.

Quero dizer que é extremamente oportuna, Deputado, esta Audiência Pública, e como Vossa Excelência disse, com a presença de muitos companheiros Deputados Estaduais, lideranças de todo o Estado presente, vários assentados aqui são líderes.

Eu estava dizendo para o Presidente Nacional do INCRA, e ele sabe disso, que Mato Grosso é um dos Estados da federação com maior número de assentamentos e o sonho de todos nós, dos nossos assentados, é ter a titularização, é ter o documento da sua propriedade, isso almejado há anos, e temos aqui assentamentos com vinte anos, mais de vinte anos, aguardando seu título.

Todos nós sabemos que tendo o título da terra faz com que sua propriedade desenvolva, o assentado tem condição de fazer um financiamento e melhorar sua produção.

Infelizmente, a falta dessa titularização fez com que muito dos nossos assentados fossem para a cidade, abandonassem sua terra.

Então, é um momento ímpar a visão do INCRA Nacional de fazer com que Mato Grosso seja um dos primeiros Estados da federação a receber a titularização.

Pudemos observar no gráfico que poucos títulos foram entregues em Mato Grosso. Então, esse é um momento especial e de expectativa para todos nós, para todos os nossos assentados do Estado de Mato Grosso, para que esse trabalho efetivamente possa ser feito com muita celeridade para que os nossos assentados possam realizar todos os seus sonhos.

Então, há uma expectativa grande da titularização, mas temos muitas outras demandas.

Estava falando com o Presidente aqui de assentamentos de mais de 15 anos que não possuem água, que é algo essencial, prioritário.

Cento e oito famílias, citando o exemplo do Assentamento Wilson Medeiros, do Município de Pedra Preta, mas parte dessas cento e oito famílias já não está mais na terra porque não conseguiu permanecer ali.

É um trabalho importante, Deputado Zé Carlos do Pátio e mais uma vez o parabenizo por essa iniciativa de fazer com que toda a cúpula do INCRA Nacional esteja presente, tendo a oportunidade de ouvir, com certeza vai ouvir muitos dos nossos assentados se expressarem, mostrarem suas angústias e desejo de ver mudanças e transformações nesses investimentos efetivos dos nossos assentamentos do Estado.

Muito obrigado.

Mais uma vez, Presidente, cumprimentamos e agradecemos a presença do senhor e de toda a liderança do INCRA Nacional presente e das lideranças do nosso Estado presentes.

Realmente é um momento especial para nós.

Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Quero comunicar que a Deputada Janaina Riva e o Deputado Wagner Ramos se retiraram porque têm reunião da CPI.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

A Assembleia Legislativa é uma cidade - vocês têm que entender que a Assembleia Legislativa é uma cidade – e acontecem muitas coisas aqui ao mesmo tempo. O Deputado tem CPI, tem reunião de Comissão.

Agradeço a presença dos Deputados, presença maciça da Assembleia Legislativa aqui hoje, demonstrando o comprometimento que têm com a causa.

Eu passo a palavra ao Deputado Silvano Amaral, que vai fazer suas considerações.

O SR. SILVANO DO AMARAL - Bom dia a todos.

Cumprimento e parabenizo o Deputado Estadual Zé Carlos do Pátio.

Muito justo, Deputado, Vossa Excelência ser autor desta Audiência Pública, que tem esse perfil, que não é de agora, desde o primeiro mandato de Vossa Excelência, eu vejo que Vossa Excelência sempre foi um brigador, uma pessoa que sempre esteve ligado com as questões dos trabalhadores rurais do Estado de Mato Grosso.

Quero parabenizá-lo e também dizer da sua força em termos aqui pessoas do calibre do Presidente do INCRA, também de toda Diretoria do INCRA Nacional, e também do Sr. José Ricardo Ramos Roseno, que representa aqui a Casa Civil da Presidência da República. Então, isso é muito importante, no momento, do meu ponto de vista, nós passamos pelo novo conceito, por uma nova forma política de reforma agrária no Brasil dos trabalhadores rurais.

Quero cumprimentar aqui o nosso mato-grossense que é Diretor Nacional de Obtenção de Terras do INCRA e dizer da nossa satisfação de tê-lo lá, como mato-grossense representando os nossos trabalhadores; cumprimentar o João Bosco; e, em seu nome, quero cumprimentar todos os trabalhadores e lideranças que estão aqui e que possamos fazer esse grande avanço na questão da reforma agrária.

Mato Grosso está na frente. Nós sabemos da dificuldade dos trabalhadores rurais, eu, como Deputado Estadual de primeiro mandato, tenho andado no Estado de Mato Grosso aos quatro cantos, no Norte, no Noroeste, na Região do Araguaia, em Confresa, no Sul, e sabemos, como disse agora há pouco o Sr. José Ricardo Ramos Roseno, que uma das grandes dificuldades, uma das grandes preocupações dos nossos trabalhadores é a questão da titulação.

O Sr. José Ricardo Ramos Roseno fez aqui rapidamente uma enquete e podemos perceber que todo mundo quer a sua regularização fundiária, quer o seu título para garantir, além de tudo, a questão da segurança jurídica e também para ele ter a sua independência, fazer avançar.

Nós temos, como Deputado, uma visão diferente da questão da reforma agrária no Estado de Mato Grosso. Nós temos locais como, por exemplo, a cidade de Terra Nova do Norte, onde boa parte daquela região ali tem uma cooperativa e todos os trabalhadores contribuem, são associados daquela cooperativa. Então, nós temos uma cooperativa com em torno de 130 milhões de reais de orçamento anual contra a própria Prefeitura que tem em torno de 35 milhões. Ou seja, a questão da agricultura familiar fomenta a economia, traz qualidade de vida. Nós temos um orgulho danado quando andamos pelos assentamentos e vemos as pessoas com o seu carro, com a sua casa, com o seu filho fazendo a faculdade, tudo isso fomenta a economia.

Então, muitas vezes as pessoas têm a questão da reforma agrária como peso social. Mas se o Estado se organizar, dar a condição, fazer fomentar e tirar do papel, nós temos a certeza absoluta que a questão dos trabalhadores rurais, que a questão da reforma agrária, que na verdade é um vetor de desenvolvimento, é um vetor de qualidade de vida, é um vetor que ajuda nas questões orçamentárias e na arrecadação de impostos do próprio Município...

Então, meus amigos, sou um lutador pelas questões da reforma agrária, tenho andado pelos quatro cantos de Mato Grosso, acompanhando os Deputados Federais Carlos Bezerra e



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

Valtenir Pereira, que também tem esse perfil, nós percebemos as questões das preocupações que têm os nossos trabalhadores rurais na questão da regularização.

Quero dizer, como os senhores que estão aqui, que estou esperançoso. Estivemos ali agora há pouco... Os senhores puderam perceber, pela apresentação feita pelo Sr. José Ricardo Ramos Roseno, das dificuldades que eram as questões da reforma agrária. Agora nesse contexto novo, em função do Presidente Michel Temer e do próprio INCRA terem um novo conceito, inclusive, já demonstrando, aqui agora em novembro será lançada a questão da titularização de terras em quase 2.000 títulos, há uma previsão, o INCRA está fazendo, está trabalhando, percebemos que já existe um conceito de regularizar, avançar na questão de regularização fundiária.

Outra ação, que também percebemos que há um comprometimento, é a questão de Japuranã, Deputado Zé Carlos do Pátio, o Deputado Valdir Barranco conhece muito bem, já esteve muitas vezes, trabalhou para aquilo ser realidade, há mais de 20 anos andava, não se resolvia e agora há pouco tempo...

Deputado Dr. Leonardo, quero parabenizá-lo por isso, sei da sua ação, sei da sua preocupação, do seu comprometimento com a regularização da Gleba Japuranã, temos lá um avanço definitivo da regularização daquela área, um acerto do INCRA com o proprietário da terra, agora passa para um novo momento e aquelas pessoas estão mais tranquilas, estão ali há muito tempo naquela dificuldade e hoje temos uma situação mais palpável, mais prática em poder dar uma tranquilidade para aquelas pessoas.

Também a questão da regularização da Fazenda Nacional, que fica em Água Boa, que é um encaminhamento que está sendo feito, a questão do projeto produtivo, do novo formato que deve ganhar o Projeto Casulo, nós percebemos que o INCRA está trabalhando para isso. Então, estou esperançoso quando percebemos que as coisas estão começando a andar.

Mas, naturalmente, Sr. Presidente, queria falar sobre uma situação e lamentar a questão do TCU, que deixou mais de 400.000 famílias bloqueadas por uma auditoria que foi feita, muitas vezes, por sistema, que confrontou os dados do Ministério da Fazenda, do INCRA, de outros setores do Governo Federal e bloqueou, houve grande dificuldade para regularização fundiária.

Essa regularização que iremos fazer agora, que o Presidente Temer irá fazer, que o próprio INCRA irá fazer, não irá avançar muito porque o próprio INCRA deixou muitas pessoas bloqueadas no sistema por problemas que aconteceram ao longo do tempo.

Agora há pouco tempo... Por exemplo, Sr. Presidente, também quero falar com o Deputado Dr. Leonardo sobre essa situação, darei o exemplo de um cidadão, lá do Município de Tabaporã, que está bloqueado, existe já um encaminhamento, o INCRA está fazendo um trabalho, uma vitória para titularização. Mas, lá há um cidadão que quando chegou lá como assentado, pela própria condição que ele não tinha, ficou lá por 02 anos na sua terra, em seguida fez o concurso público da Prefeitura e agora não pode ser titulado e regularizado, está bloqueado pelo TCU, porque aparece como servidor público e, naturalmente, não tem a condição, o perfil de ser assentado, porque é servidor público.

Então, com todo esse processo tivemos grandes dificuldades, como acontece também de professoras que tinham seu esposo, o seu marido lá na terra e aí por ser professora do Município, o seu marido faleceu, hoje, como ela é professora não pode também ter a sua regularização e muitos, e muitos outros. Até há a questão do enriquecimento também, o produtor deve ter, se não me engano, o Deputado Valdir Barranco pode me corrigir, em torno de 70.000 reais. Muitos deles avançaram, cresceram, tiveram condições e, naturalmente, compraram máquinas,

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

equipamentos, estão na terra há muito tempo e por ter uma renda, uma despesa maior de 70.000 foram também bloqueados simplesmente por uma auditoria.

Nós percebemos claramente que se bloqueou sem dar, pelo menos, a defesa para o produtor se defender e justificar, simplesmente bloqueou, causando grandes problemas em mais de 400.000 famílias no nosso Brasil, e em Mato Grosso não é diferente. Precisamos prestar atenção nisso, estou sabendo, estive algumas vezes no INCRA, estive acompanhando alguns diretores do INCRA lá em Tabaporã, aqui em Cuiabá, estão falando de um trabalho, do lançamento de uma medida provisória que possa trazer um esclarecimento, dar legalidade e tranquilidade para os nossos trabalhadores rurais.

Esta Audiência Pública, Deputado Zé Carlos do Pátio, Sr. Leonardo Góes, Presidente do INCRA, quero dizer para o senhor, é o momento para podermos discutir esses temas, dar tranquilidade ao nosso trabalhador rural, porque muitos casos são crônicos no Estado de Mato Grosso, também no Brasil não é diferente, por exemplo, o caso de Ipiranga do Norte, de Itanhangá, aquela região, que há muito tempo o cidadão deixou a sua terra, muitas vezes, passou para pessoas que não têm perfil, mas o problema está instalado. E, o pior de tudo, que há mais de 20 anos se fala em resolução e não se resolve, não se anda nem para trás e nem para frente, a cada tempo aquela região é motivo de operação da Polícia Federal, e nada se anda e nada se resolve.

Então, que essa medida provisória, Sr. Presidente, Srs. representantes do Governo Federal, da Casa Civil, que possamos definitivamente, através desta medida provisória, fazer as ações necessárias, dar legalidade para que possamos resolver o problema da Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso e no Brasil.

Estou esperançoso! O INCRA tem dado toda a condição, tem dado sinalização de resolução, o Governo Federal tem dado o novo conceito de deixar o trabalhador rural com seu título, dando a ele sua independência, sua propriedade. Percebemos que há uma boa vontade, mas precisa fazer isso acontecer. Quero dizer para os senhores da Casa Civil, também, Sr. José Roseno, que não adianta nada termos todas as ações para serem feitas e nos esquecermos de dar as condições básicas, que são: assistência e recursos, para que os nossos servidores do INCRA tenham condições de se deslocar, de andar para que possamos fazer o trabalho junto aos assentamentos.

Aqui, o Sr. Roseno apresentou que, há muito tempo, o INCRA tinha 9.000 funcionários. Hoje aumentou muito mais a demanda do INCRA, mas só temos 4.000 servidores.

Então são ações que vão ser naturalmente embutidas, relacionadas, portanto que tenhamos não só vontade, mas, acima de tudo, a estrutura necessária para que o INCRA possa tirar a promessa do papel, tornando o nosso sonho e o de nossos trabalhadores rurais uma realidade com o título da terra.

Era isto, Sr. Presidente. Muito obrigado. Desculpe pelo avançar do tempo. Que possamos ouvir agora o nosso Presidente, nossos demais Deputados, os cidadãos e cidadãs aqui presentes. Parabéns aos senhores e senhoras que estão aqui mobilizados, pessoas que têm liderança no Estado de Mato Grosso para podermos fazer esta situação no INCRA virar realidade.

Um grande abraço a todos. Muito obrigado pela atenção. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agradeço a Vossa Excelência, Deputado.

Convido para compor a mesa o Deputado Pedro Satélite. Obrigado, Deputado. Vossa Excelência é um querido Deputado nosso. Desde a década de 1990 somos Deputados juntos. Ele é um dos mais antigos Deputados aqui e está bom de voto, é novo em idade, mas já está há

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.

---

muito tempo conosco aqui. Convido o Deputado Wilson Santos para usar a palavra. Depois vamos ouvir o Presidente do INCRA, depois vamos ouvir mais Deputados, as autoridades e a população.

Com a palavra o Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Deputado Zé Carlos do Pátio, Prefeito eleito em Rondonópolis, colegas Deputados, assentados, convidados, imprensa, Ministro José Ricardo Roseno, Dr. Leonardo, Presidente do INCRA, Dr. Luiz Antônio Possas de Carvalho, Diretor Nacional do INCRA e demais autoridades presentes, Deputados, bom dia.

Presidente, primeiro parabênço pelo sucesso desta audiência pública. São raras as audiências públicas nesta Casa com tamanha participação, com tamanha representatividade. Aqui têm representantes de Municípios que estão a mais de 1.400 quilômetros distantes da Capital: Colniza, Confresa, Vila Rica, Alto Taquari, Rondolândia. É muito importante receber bem estas pessoas, porque não é fácil e não é barato um deslocamento deste até a Capital.

Quero agradecer à direção do INCRA, que veio em peso. É a primeira vez que vejo o INCRA desembarcar um avião inteirinho aqui da FAB, não sei quem ficou cuidando do INCRA em Brasília, mas a presença maciça aqui demonstra claramente o respeito e a importância que a nova direção do INCRA dá aos 549 assentamentos de Mato Grosso.

Na verdade, ainda convivemos com um problema existente há cinco séculos. Uma vez, Presidente Deputado Zé Carlos do Pátio, debrucei sobre um texto interessante de um economista que dizia que o Brasil e os Estados Unidos, até o final do século XVIII, mais ou menos - Nelson, que já dirigiu o INTERMAT, amigo querido -, até o final dos anos de 1.700 em relação à economia o PIB do Brasil e dos Estados Unidos era praticamente o mesmo. Quando os americanos abriram para os brasileiros e nós ficamos para trás? Li essa matéria na Revista Piauí, do mês de janeiro, uma interessante tese de um economista norte-americano, que viveu aqui no Brasil quase 20 anos e que se tornou um famoso brasilianista, estudou muito o Brasil.

Ele faz uma tese que diverge dos nossos grandes economistas e sociólogos, como Raymundo Faoro, como Celso Furtado. Ele quebra a tese do desenvolvimento nacional e uma das teses deste economista norte-americano brasilianista é a de que os americanos fizeram a reforma agrária, eles não permitiram uma economia baseada no latifúndio, o latifúndio foi impedido nos Estados Unidos, Valdir, diferentemente do que aconteceu no Brasil. Dia desses eu dizia, Deputado Valdir Barranco, que a economia em Mato Grosso é muito parecida com a economia no Brasil de 500 anos atrás. E como é essa economia mato-grossense? É baseada em quatro pernas: latifúndio; produção de produtos primários - isso é barato -; visando o mercado externo; e em cima de maquinários. Como era a produção há 500 anos no Brasil? Latifúndio; produtos primários; para o exterior; e com mão de obra escrava. A única coisa que muda de lá para cá em relação a Mato Grosso é que nós saímos de uma produção baseada na mão de obra escrava para uma produção em que se utiliza maquinários, o que gera pouca mão de obra.

Então um dos diferenciais para o distanciamento dos americanos do norte para nós é que lá eles impediram um mosaico de latifúndios. Lá não há estes latifúndios como há aqui, grandes glebas, grandes áreas na mão de uma empresa, na mão de uma ou outra família. Foi o diferencial! Isso fez com que o PIB norte-americano agora fosse de 15 trilhões de dólares, enquanto que o PIB brasileiro, toda a riqueza anual que nós produzimos, fosse seis vezes menor. Ou seja, o PIB brasileiro é 1/6 do PIB americano.

Com mais um detalhe Deputado Valdir Barranco, a América do Norte é 100 anos mais jovem do que o Brasil. Nós estamos com 516 anos e ela com quatrocentos e poucos anos. Quer

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.

---

dizer, a América do Norte possui uma sociedade muito mais inteligente e muito mais justa, porque um dos fundamentos dela foi impedir o latifúndio, impedir o latifúndio.

E a outra opção desse brasilianista é a da formação de um mercado interno. Como nós só visávamos a produção para o mercado externo, nós acabamos não fazendo o mercado interno. Nós só fomos ter uma rodovia ligando Cuiabá a São Paulo entre os anos de 1940, 1950. Até então não tínhamos a rodovia Cuiabá–Campo Grande–São Paulo. Ela não existia! Por quê? Porque a visão dos nossos Governantes não era fazer um mercado interno, era produzir produtos baratos para vender para o exterior. E essa visão continua existindo até os dias atuais em Mato Grosso. Por isso, tanto eu quanto o Deputado Zé Carlos do Pátio e outros colegas Deputados - acredito que o Deputado Valdir Barranco também, bem como o Deputado Saturnino Masson -, defendemos a taxaço do agronegócio! Nós defendemos.

Isso vai forçar um processo de industrialização aqui! Nós somos campões em carne de boi, em algodão, em milho, em soja e em madeira. Sabe quanto toda essa riqueza dá para Mato Grosso no cenário nacional? Apenas 1,6 do PIB nacional. Isso representa menos de 2%. Nós temos que debater isso permanentemente. Esse modelo está interessando a quem? Este modelo de desenvolvimento econômico e social de Mato Grosso interessa a quem? A meia dúzia de pessoas. (PALMAS)

Outra observação que quero fazer é sobre a necessidade da presença da AGU aqui. Tem alguém da Advocacia-Geral da União presente? Tem alguém representando a AGU? A AGU, Deputado Pedro Satélite, tem mais de 300 glebas públicas prontas para repassar ao Estado. Vou repetir para que não pensem que falei bobagem: a AGU em Mato Grosso tem mais de 300 glebas à disposição. Estive recentemente com o Dr. Claudio Cezar Fim, ele me passou que tem mais de 300 glebas à disposição para repassar ao Estado, ao INTERMAT, para fazer a titulação necessária.

PRONAF. Eu me lembro bem - eu era Secretário de Estado de Agricultura em Mato Grosso, em 1996 - de quando foi criado o PRONAF-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Eu tive o privilégio de implantar nos sete primeiros Municípios o PRONAF: Jangada, Rosário Oeste, Campinápolis, Cáceres, Pontes e Lacerda... Eram sete, mas não me lembro de todos. E tem um problema que continua, mas nós temos que resolver, Presidente Dr. Leonardo. Aqui em Mato Grosso, Dr. Leonardo, quando Dante de Oliveira governou o Estado, como ele tinha uma formação histórica vindo dessa base do campesinato, como Dom Pedro Casaldáliga, para não deixar tanta gente sem acesso ao PRONAF, que são meeiros, arrendatários, o que o Dante fez? Criou um Fundo de Aval. O Governo colocou no Orçamento, e nós avalizamos quem não tinha o título da terra. Então esse meeiro, arrendatário passou com o aval do Estado a ir ao Banco do Brasil e ter direitos também ao PRONAF. O Estado foi o avalista. O Estado assinou embaixo.

Agora novamente não tem, e nós estamos propondo a volta do Fundo de Aval do Estado. Deixo em nível nacional esta sugestão a Vossa Excelência, para pensar na possibilidade de o Governo Federal também ter o seu aval. Nós já usamos este mecanismo em Mato Grosso.

Outro desafio, também, são os jovens do campo, jovens que têm talento, que gostam do campo e que não gostariam de fazer a vida na cidade, preferem com suas esposas continuar no campo, e eles não têm alternativa. Quando chega uma idade, eles abandonam mesmo e vêm para a cidade.

Se eles tivessem condições, eles permaneceriam no campo. Então, nós temos - é um desafio - que construir uma sociedade cada vez mais organizada, cada vez mais sofisticada, que atenda às demandas das minorias. É importante ver também esse aspecto! Como é que nós, dentro de uma política pública de distribuição de terras, de assistência técnica e de crédito, vamos estimular o

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

jovem a permanecer no campo, a ficar ali, porque é ali que ele gosta, é o talento dele, a vocação dele é aquela. Como é que vamos fazer isso? Fica essa pergunta à direção do INCRA.

Outra pergunta - e é o grande desafio, foi perguntado aqui e o Dr. José Ricardo Roseno colocou muito bem -, qual é a proposta? A proposta é, no meu entendimento, consolidar essas famílias no campo.

Como é que você consolida, Deputado Zé Carlos do Pátio, 549 assentamentos em Mato Grosso, com 82.820 famílias, se apenas desses 549, apenas 10 assentamentos têm assistência técnica. Pelo menos são os dados que foram passados aqui, de 549 assentamentos, apenas 10 têm assistência técnica.

O que nós fizemos com a EMPAER? A EMPAER foi desossada! Ela foi desossada por governos que tinham compromisso apenas com o agronegócio. Eu não sou contra o agronegócio, não, eu acho que dá para conviver com a média propriedade, com a grande e com a pequena, dá para conviver. O que não pode é ter governo que só tenha olhos para o grande. E quando tivemos, durante doze anos, governos que só olhavam o grande, desossaram e destruíram a EMPAER. A EMPAER só existe no papel, no cartório!

Então, não só temos que garantir a consolidação das famílias do campo com o aumento de produção, com o aumento de produtividade, que é diferente de produção... Uma coisa é você produzir cem sacas de arroz por ano, isso é uma produção, outra coisa é você produzir cada vez mais sacas de arroz no mesmo hectare.

Então, eu produzo, eu não sei se vou falar uma besteira. Vamos supor, 30 sacas de arroz por hectare. Isso é produção. Com produtividade, no ano que vem, produz 32, 33, no mesmo hectare. Isso é produtividade. É competência, é eficiência. Nós temos que ver isso na pequena propriedade. E qualidade de vida... Qual é a qualidade de vida dos nossos assentamentos?

O TCU bloqueou 50% das famílias. Sr. Leonardo, eu vi que há coisas na fala do Deputado Silvano Amaral que, na minha concepção, são coisas relativamente simples de resolver.

Uma família chegou ali, foi trabalhar na sua propriedade, depois a mulher resolveu estudar; virou uma professora; o marido faleceu, ela se tornou titular daquele imóvel. Como que ela pode ser bloqueada? Esse assunto tem que ser ... Não vejo tanta dificuldade. A Procuradoria tem que dar um parecer sobre isso? Deve haver jurisprudência em nível nacional sobre isso. E, esses casos são centenas, são milhões no País.

Então, quero encerrar a minha fala agradecendo ao Deputado Zé Carlos do Pátio, que retornará em breve a sua cidade, Rondonópolis. Um desafio enorme num momento de crise econômica gravíssima, a maior crise econômica dos últimos 126 anos que o País atravessa, com uma recessão profunda. Perdemos 8% do nosso PIB, das nossas riquezas feitas em cinco séculos, perdemos em dois anos, 8%.

E me estareceu demais, Sr. José Ricardo, os números que o senhor apresentou. Uma análise - não precisa ser meticulosa - razoável, demonstra como a reforma agrária é tratada no Brasil, ao longo das décadas. Nem sempre é com prioridade. Aliás, na maioria das vezes, não é. Vem um governo e faz uma enorme desapropriação. O outro vem e já baixa demais; vem um governo e explode a titulação; o outro diminui.

E eu disse ao Deputado Valdir Barranco. Nos Estados Unidos, o eleitor tem uma característica. Quando ele vota no Presidente republicano, ele vota no Deputado democrata; quando ele vota na Presidente democrata, ele vota no Deputado republicano. Ele sempre põe um para vigiar o outro. Então, quando o Governo do Fernando Henrique Cardoso governou o Brasil, o PT, forte, organizado, os movimentos sociais organizados pressionaram tanto o Governo do FHC, que foi o

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

Governo que mais desapropriou terras no Brasil, por quê? Porque tinha uma oposição orgânica, forte, combativa, inteligente, que cobrou e pôs no brete.

Então, quando o gestor é cobrado, é fiscalizado... Foi o que aconteceu. Nos últimos 30 anos, o Governo FHC desapropriou 50% das áreas do Brasil, sozinho em oito anos; todos os demais, os outros, 50%. Quando tem... Por isso, a oposição é importante. Como os americanos são muito mais avançados em democracia, eles votam assim, quando eles votam num prefeito de um lado, votam no vereador contrário, para o vereador pegar o cara e montar, senão é descuidar.

São as conclusões, eu posso estar errado, Dr. Zé Ricardo, mas são as conclusões que eu analiso a olho nu. Os números que o senhor trouxe, tanto em termos de desapropriação, como de titulação... Como é que se explica o INCRA, ainda temos seiscentas, oitocentas mil famílias aguardando terras no Brasil.

Ora, se tem, por que desmonta o INCRA, de nove mil servidores baixou para quatro, Sr. Leonardo? Deixou esse pepino na sua mão? Tinha nove mil servidores e passou para quatro mil! Chegou a ter 2,7 bilhões de orçamento em 2007! Qual é o orçamento do INCRA, hoje? (O SR. LEONARDO GÓES SILVA RESPONDE AO ORADOR - INAUDÍVEL).

Já teve, Nelson, 2,7 bilhões em 2007, agora seiscentos milhões! Esperar o quê? Vamos ser realistas, esperar o quê?! Reduziu a um quinto, a um quinto, 20% do que foi em 2007!

Então, eu quero encerrar, desejando saúde, vida longa, paciência à nova Diretoria do INCRA, porque com esse orçamento, com esse número de servidores, a batalha não será das mais fáceis.

Não é fácil a tarefa dos senhores, ministros, presidente, ficou claro aqui que estamos vivendo um dos momentos mais pobres em termos de recursos públicos e servidores para a reforma agrária do Brasil.

Muito obrigado e parabéns, Presidente Deputado Zé Carlos do Pátio. (PALMAS)

O PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agradeço todos os Deputados, Deputado Wilson Santos, muito bom...

Passo a palavra ao Presidente Nacional do INCRA, Sr. Leonardo Góes. Quero agradecer muito, porque hoje está o INCRA Nacional em peso, toda a cúpula do INCRA Nacional está aqui. Isso demonstra o comprometimento com Mato Grosso e as políticas públicas de regularização fundiária.

Com a palavra, o Sr. Leonardo.

O SR. LEONARDO GÓES SILVA - Bom dia a todos!

Vamos começar, primeiro, dando um bom-dia!

Eu quero cumprimentar a mesa e começo cumprimentando o Deputado Zé Carlos do Pátio e o parabenizo pela iniciativa. É louvável a preocupação.

Quem conhece a história do Deputado não acha uma novidade.

Estamos aqui, hoje, inclusive, respeitando, neste compromisso, neste convite importante do Deputado, num ambiente da Assembleia Legislativa, que é um ambiente que, também, respeitamos.

Em nome do Deputado Zé Carlos do Pátio, também, cumprimentar todos os Deputados presentes; cumprimentar, inclusive, os que saíram como a Deputada Janaina Riva que tem contato conosco lá e tem cobrado algumas questões; outro Deputado que saiu, enfim, a todos que estão aqui, na verdade, que honram o evento; todos os presentes, porque é de vocês. Esta é uma audiência e viemos para ouvir; nosso Secretário Roseno que fez uma apresentação institucional e vai

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

me dispensar, uma apresentação que expressa a situação atual do Programa de Reforma Agrária. Vou falar um pouco do que já foi feito de lá para cá; os nossos diretores do INCRA que estão aqui.

Então, gostaria de cumprimentar aqui o Luiz Possas, nosso Diretor de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, mato-grossense que está lá conosco; o Rogério Arantes, Diretor de Ordenamento Fundiário, cuida do Cadastro da Regularização Fundiária da Política Quilombola do INCRA.

Agradeço-o, Rogério, pela disponibilidade.

Trouxemos, além do Diretor, o nosso Coordenador-Geral de Cadastro de Regularização Fundiária, o Stanislau Antônio Lopes, veio conosco, nosso operacional nessa área de regularização fundiária; cumprimentar nosso Superintendente Regional, o Bosco.

Cumprimento, também, o ex-Superintendente nosso, hoje, Deputado Valdir Barranco.

É um prazer, Barranco, você estar de volta. Você merece.

Enfim, cumprimentar a todos!

Cumprimentar o Sr. Valdir Corrêa, representante do CONDRAF, velho conhecido de vocês, também, do Estado. Já viram que Mato Grosso está em peso. Não é só a direção do INCRA, não.

A equipe do Roseno, o Secretário da SERFAL, toda equipe da Secretaria de Desenvolvimento Agrário que veio o nosso agradecimento e os que esquecemos, porventura, agradecer a presença de vocês e a paciência para ouvir.

Como falei para vocês nosso objetivo é debater alguns temas mais do que fazer uma apresentação extensa.

Gostaria de me apresentar. Eu sou Leonardo Góes, funcionário do INCRA de carreira. Ingressei por concurso, em 2006. Sou Engenheiro Agrônomo, perito do quadro. Logo na minha entrada chefei a área de obtenção de terras do INCRA, em Sergipe. Sou baiano, mas fiz concurso para o Estado vizinho. Fui Superintendente Regional; depois, Diretor do INCRA. Fui Presidente substituto há um tempo e, hoje, assumi essa tarefa que não é tão simples, talvez, uma das mais difíceis da República, que é tocar o INCRA, mas com muita tranquilidade. Conheço a Casa, sou funcionário da Casa, fruto, prata da Casa, como dizem, então em um ambiente de dificuldade, Deputado Wilson Santos, é melhor, sabemos em cadeira estamos nos sentando e quais são os desafios.

O Brasil não tem tempo mais para fazer diagnóstico e nem para... Já tivemos que entrar agindo. Pelo quadro que o Zé colocou foi até econômico. Encontramos um quadro de insolvência. Se fosse uma empresa privada, estaria com as portas fechadas como é Governo...

E isso nós conseguimos reverter, Deputado Wilson Santos. Graças a Deus, em três meses nós conseguimos praticamente zerar o nosso passivo de pagamentos. Hoje, não devemos mais a assistência técnica. Estávamos com um quadro de três meses, em média, de débito de conta de luz aos nossos contratos terceirizados e, hoje, está 100% regular. Foi um esforço, uma discussão com o Tesouro que se sensibilizou. Pedimos antecipação de recurso, articulação parlamentar.

Qual é a luz? A luz é que todo esse esforço foi feito paralelamente, também, um diálogo com o Governo, com o Planejamento, com a Câmara e o Congresso e conseguimos aportar emenda. Principalmente na área de obtenção de terra a Comissão Mista de Orçamento aportou mais de 200.000.000,00 milhões de modo que vamos ficar com um orçamento bem superior ao deste ano, de 2016, e reduzimos o nosso passivo de restos a pagar que era um problema, também, que se

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

empurrava empenhos e despesas de um ano para o outro e, hoje, digamos que estamos com a empresa redonda e com mecanismo mais eficiente para gerir o gasto, Deputado Zé Carlos do Pátio.

Então, eu tenho um otimismo quanto à questão orçamentária financeira. Esse é um problema, mas não é... Passa ser, às vezes, uma boa desculpa para não se fazer as coisas, mas o gasto, também, não tinha muito critério. Eu acho que uma gestão mais eficiente no setor público ajuda, inclusive, a fazer mais com menos. Há muita coisa que poderia ser feita, inclusive, a pauta da titulação. Está se falando que a titulação custa pouco e não era feita por uma questão de priorização, por uma questão política ideológica. Falaremos um pouco mais disso.

As diretrizes do Governo.

É bom deixar claro que para a política da reforma agrária - temos comentado isso na imprensa - a titulação é a principal delas. Não é à toa que estamos aqui, hoje, em Mato Grosso tratando do assunto. Mas quando falamos de titulação não falamos somente de titulação em projetos de assentamentos não. A política do Governo é levar segurança jurídica para quem realmente está produzindo, seja nos assentamentos, seja no âmbito da regularização fundiária da Amazônia Legal, seja nos convênios com os estados, naqueles municípios que têm predominância de áreas com posses, de áreas com problemas de domínio. O Governo quer fazer uma ação maciça nesse sentido. Por que eu acho que isso é importante? Porque é a porta de saída. Todo programa de Governo, e da reforma agrária não é diferente... Todos os questionamentos que foram feitos pelo Tribunal de Contas falavam da seleção e dos critérios de entrada.

O Deputado há pouco falou de um indivíduo que passou, ou fez um concurso ou foi eleito Vereador, Deputado, e simplesmente passou a ser considerado irregular. Fizemos uma longa discussão com o TCU. A medida provisória que vai sair equaciona e resolve essas questões.

O problema de reforma agrária tem dois critérios que são bem distintos: um é o critério de entrada no programa - esse todo mundo sabe - o público tem que ser aquele perfil, mas ninguém quer aqui. Governo nenhum quer que essas pessoas que ingressaram no programa de reforma agrária continuem nessa situação que entraram.

Ótimo que passou no concurso; ótimo que fez uma universidade; ótimo que ganhou dinheiro com a produção e isso nós não podemos encarar, enquanto sociedade, que seja uma situação irregular. Então, isso vai ser equacionado.

Outro dispositivo importante da medida provisória, que vai sair nesses dias, é a possibilidade de pagamento, Deputado Zé Carlos do Pátio, das áreas de compra e venda em espécie e não TDAs.

TDA, figura do título da dívida agrária, foi criado para ser uma sanção daquele produtor que não cumpria a função social, como falava a Constituição. Então não fazia sentido nenhum o INCRA comprar áreas ofertadas, fazer uma compra com pagamento em título da dívida agrária, quando o próprio INCRA tem que quitar esse título à vista, junto ao Tesouro, no ano que ele compra. Então, nós conseguimos, o Governo entendeu e isso vai dar ao INCRA um mecanismo eficiente para resolver conflitos.

Nós temos uma missão difícil de fazer desintrusão de não índios em áreas indígenas, de atingidos por barragens. Temos situações sociais de conflitos que exigem que tenhamos um instrumento ágil de ação que possamos comprar uma área com dinheiro, porque o mercado é dinâmico em algumas regiões e, simplesmente, com instrumento do TDA não conseguíamos avançar.

Esse também é outro ponto que o Presidente Michel Temer tratou e está na boca para sair já a medida provisória.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

No conjunto da obra nós achamos que a política avança muito. Nós vamos ter condições também, Deputado Zé Carlos do Pátio, de regularizar aquelas famílias que por acaso entraram nos lotes da reforma agrária sem anuência do INCRA, mas que tem o perfil, são produtores, estão lá trabalhando, tem o mesmo perfil do nosso público e vamos ter condições dentro de um critério temporal bem nítido, que não queremos incentivar aqui a exploração ilegal de reforma agrária, mas vamos colocar na lei a condição para que o servidor do INCRA possa ir ao assentamento e regularizar aquela família que efetivamente está trabalhando.

Eu acho que é esse o propósito do Estado. O Presidente da República acerta em não temer, porque argumento contrário nós sempre vamos ter em política, mas eu tenho uma firmeza que esse é o caminho a trilhar.

A importância do Estado, Deputado Zé Carlos do Pátio, e por que está toda a diretoria aqui é relevante só em falar nos números. Temos 535 projetos de assentamentos aqui com mais de 135 mil famílias.

O Deputado Wilson Santos deu um número diferente, mas eu acho que ele inclui projeto de assentamento, oriundo do crédito fundiário, que não está aqui no meu recorte. Não é? (O SR. DEPUTADO WILSON SANTOS RESPONDE AO ORADOR – INAUDÍVEL.)

O SR. LEONARDO GÓES SILVA - São 535 projetos, 135 mil famílias assentadas.

Todo mundo sabe a importância do Estado de Mato Grosso, é um Estado que têm terras valorizadas, terras bem localizadas, um índice pluviométrico adequado, é um grande potencial para produzir alimentos para o País e enxergamos como relevante para política da reforma agrária usar o Estado de Mato Grosso como um modelo.

Então, essa atenção que nós demos à Audiência Pública, na verdade, é a atenção que queremos dar aqui, a estrutura que pretendemos ajudar o Bosco e a Superintendência para que consiga dar conta da tarefa, aqui, que não é fácil. Nós sabemos, é questão logística. (PALMAS)

O que estamos falando aqui está sendo registrado. Não vim de Brasília para cá para vender promessa. Não somos políticos, deixei claro aqui, somos técnicos de carreira e vimos aqui de forma séria discutir os problemas de Mato Grosso.

Eu posso elencar para os senhores, desses poucos mais de cinco meses, algumas ações efetivas que o INCRA e a nova gestão do INCRA já trataram aqui do Estado. Uma delas já foi falada aqui e eu gostaria de ressaltar: já autorizamos a elaboração do estudo e a criação de uma unidade avançada do INCRA na Região Sul do Estado, provavelmente, Deputado Zé Carlos do Pátio, até em Rondonópolis.

Mas essa é uma forma também... A Região Sul do Estado carece de uma estrutura do INCRA. Então, a nossa intenção é colocar um corpo técnico mais perto daquela região para que possamos também dar uma atenção diferenciada.

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Presidente, eu queria fazer esse agradecimento, de público, e que fique registrado em Ata, porque a Região Sul nunca teve um posto avançado do INCRA. E essa BR, esse perigo, trabalhador querendo acompanhar, quer dizer, o INCRA tem sete postos avançados em Mato Grosso e a Região Sul nunca teve.

Então, quero agradecê-lo profundamente por atender esse pedido ali da região.

O SR. LEONARDO GÓES SILVA - Obrigado, Deputado Zé Carlos do Pátio. É um prazer poder viabilizar isso.

No outro polo, que estamos chamando de resolução de conflitos e criação de novos projetos de assentamento aqui, não obstante, já temos 535; temos demanda, tensões sociais

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

importantes no Estado de Mato Grosso; temos demandas, inclusive, treinadas há bastante tempo, soluções, coisas e processos conflituosos que se arrastam há anos.

Aqui eu vejo o MLT e quero cumprimentar todos os movimentos sociais. O MLT tem uma presença muito forte no Nordeste (PALMAS). Tenho muito respeito pelos Movimentos.

Gostaria também de dizer a vocês, já foi falado pelo Deputado, mas o nosso compromisso está resolvido um conflito de mais de vinte anos no Estado, na região de Nova Bandeirantes - acho que o Valdir deve conhecer de perto - que é a Fazenda Japuranã. São 18 áreas. Por fim, foi decretada no ano de 2014, se não me lembro, no ano passado, numa ação praticamente quase que individual conseguimos ajuizar para que não perdêssemos o prazo do Decreto. Este ano conseguimos, enfim, tabular um acordo com a parte interessada, que já foi ingresso em juízo.

Então, vou anunciar e gostaria - estou com o nosso Diretor da área de Obtenção aqui - que saindo da audiência as primeiras áreas da Japuranã já podem ser enviadas amanhã para o Tesouro Nacional para ser emitido o pagamento das primeiras áreas. (PALMAS)

Registre-se isso aqui. Já temos a autorização. Ontem estivemos na Casa Civil e também fizemos o contato com o Tesouro Nacional, então, a partir de amanhã estamos aguardando, Dr. Luiz Antônio Possas, chegar à Presidência esse processo para que possamos encaminhar os primeiros pagamentos de um conflito grande que todo mundo aqui do Estado parece que já conhece.

Eu acho que o Dr. Luiz Antônio Possas vai...

(O DR. LUIZ ANTÔNIO POSSAS DIALOGA COM O ORADOR FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. LEONARDO GÓES SILVA - Já estão. Ótimo.

Compromisso aqui registrado. Amanhã - não sei se tem alguém da FETAGRI aqui - vamos encaminhar os primeiros, são dezoito. Não vai dar para fazer todos ao mesmo tempo, mas fizemos um cronograma e amanhã vamos enviar o primeiro conjunto da Fazenda Japuranã para pagamento.

Não fica só lá, não. No Município de Água Boa também temos dois processos aptos a serem pagos que estavam lá há quase dois anos, ajuizamos na mesma condição da Japuranã. Um deles nós conseguimos condição agora para emitir, que é a Fazenda Nacional, no Município de Água Boa. Então, somando aqui, estamos falando de quase 200 milhões, Sr. Zé Carlos do Pátio, em investimento este ano ainda em ação de obtenção de terra aqui no Estado. Não é pouca coisa.

Nossa meta de titulação este ano, que pretendemos entregar, só no âmbito do INCRA, mais de 1.350 títulos, o Possas e o Bosco informaram-me que vamos comprar uma meta aqui de entregar 15 mil títulos até o final de 2017 aqui no Mato Grosso.

Então isto vai exigir, Bosco... (PALMAS) Merece uma salva de palmas mesmo. Isso vai exigir da Superintendência um esforço, e daí Rogério e diretores aqui que estão presentes, vamos garantir à Superintendência capacidade de executar isso.

No orçamento já foi colocado recurso para que possamos fazer a demarcação das áreas que precisamos fazer antes de titular, mas aqui de pronto eu me comprometo com os senhores a dotar a Superintendência aqui e não vai faltar recurso para fazer a titulação de assentamentos no Estado.

Então, a meta, no momento oportuno, meados do ano que vem, Deputado Zé Carlos do Pátio, fazer um encontro com os senhores aqui na Assembleia ou em outro local para que possamos fazer um batimento das coisas que falamos aqui, o que caminhou, o que não caminhou.

Comprometo-me a voltar no Estado e colocar a fala de hoje e o que efetivamente conseguimos andar.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

Como palavra é uma coisa que vale muito, obviamente eu vou ter um controle junto à Superintendência para que ele não me deixe falando aqui hoje na Assembleia Legislativa do Estado no vazio, porque o que estamos falando aqui são propostas enxutas.

Resumindo, é preciso fazer aqui um mea-culpa. A primeira coisa ao se pretender fazer uma mudança de modelo, o INCRA tem uma estrutura pesada, como já foi dita aqui, uma estrutura que carece de funcionários, mas é um órgão importantíssimo para o desenvolvimento do País, são 46 anos de estrutura e nós temos que defender aquela casa, é uma missão duríssima, e aqui, em nome do Bosco, parabênizo os funcionários do INCRA que enfrentaram e enfrentam uma guerra para fazer seus trabalhos, são mal remunerados, mas quando nós queremos fazer uma mudança de fato precisamos admitir que as coisas não andam bem.

Estamos aqui também para falar com os senhores, conhecemos os problemas do INCRA, realmente não vamos, Deputado Zé Carlos do Pátio, resolver todos os problemas aqui, e não estamos nos comprometendo a transformar o INCRA em uma EMBRAER, mas estamos mirando, tendo foco no que precisa ser feito, vamos fazendo compromisso na medida em que tivermos condições operacionais de fazer e eu acho que usando um pouco de criatividade, parceria com o Parlamento, parceria com os municípios, e estamos chamando os prefeitos que foram eleitos agora para encostarem-se ao INCRA, nós precisamos da parceria com os municípios para rodar infraestrutura nos assentamentos, precisamos de parcerias com os Estados para fazer regularização fundiária. Então, estaremos abertos a esse tipo de coisas, sem admitir aqui que o INCRA pecou em alguns momentos.

Nós não tivemos condições de acompanhar os projetos da forma que era necessária, não temos hoje uma assistência técnica que cobre toda a política de reforma agrária, temos um grande número de assentamentos ainda sem estrutura básica - estamos falando aqui de cento e vinte e cinco mil famílias sem casa no projeto de reforma agrária. Não estou aqui querendo fazer delimitação de governo nenhum - eu acho que esse débito vem de quinhentos anos -, obviamente avançou mais em um governo, atrasou mais em outro, mas o fato é que o INCRA, como uma instituição, admite que tem muito a ser feito e hoje tem um funcionário da Casa, eu acho que nos quarenta e seis anos é a primeira vez que tem um, à frente da gestão, vou estar lá no outro dia, depois, de novo, com o meu GPS, fazendo as minhas vistorias. Então, eu tenho que ter cuidado, inclusive com as promessas que eu faço, porque depois estarei na sala ao lado.

Então, nós temos que ter respeito aos colegas, respeito à classe trabalhadora que nos apoiou para estarmos lá.

Eu tive apoio maciço, Deputado Zé Carlos do Pátio, dos movimentos sociais, não vim dos movimentos sociais, não vim de Partido Político, fui criado na Casa, mas gozo do respeito de todos, graças a um pouco disso, de ter compromisso com as coisas que se compromete, ter palavra, prometer menos, mas cumprir o que promete.

Quero dizer aos senhores que estaremos lá na Presidência de olho aqui na reforma agrária do Estado de Mato Grosso.

Nós temos aqui exemplares muito emblemáticos de Parlamentares e de lideranças políticas em um Estado que tem uma intrincada relação com a nossa pauta.

Vamos contar com isso aqui, já estivemos com Parlamentares do Estado no Congresso para articular a melhoria do nosso Orçamento, estivemos com Senadores, estivemos com Deputados do Estado e pretendemos agora ampliar um pouco a nossa relação com a Assembleia Legislativa e também com o conjunto de prefeitos do Estado de Mato Grosso.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

Por fim viemos para ouvir, estamos aqui acompanhando esta Audiência Pública para responder eventuais perguntas de vocês, mas eu acho que o recado que viemos dar é esse: a importância, admitir a importância do Mato Grosso, o que deixamos de fazer aqui, principalmente olhar para o futuro.

Quero dizer que estaremos mais próximos a partir de agora aqui.

Temos um diretor daqui, temos uma equipe compromissada. Então, agradeço o Valdir de novo, o Possas, o nosso ex-Presidente Valdir Barranco, o Bosco, todo mundo que está aqui junto comigo praticamente abraçando aqui essa meta ousada que estamos anunciando.

Agradeço. Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu agradeço ao Presidente Nacional do INCRA.

Quero registrar que há uma perspectiva do Presidente da República vir lançar a regularização fundiária do Brasil aqui em Mato Grosso.

Mato Grosso vai ser prioridade em nível de Brasil no lançamento da política de regularização fundiária e deve isso a esse moço aqui que priorizou Mato Grosso.

E quero dizer que...

Está praticamente conformado para 22 de novembro.

O SR. LEONARDO GÓES SILVA - A agenda do Presidente da República é sempre um pouco flutuante.

Está desenhando a data do dia 22 até agora, mas pode, Deputado Zé Carlos do Pátio, depender da...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - O mais importante é deixar claro que houve uma decisão do INCRA, do Presidente, de priorizar o Mato Grosso na política de regularização fundiária.

Se no dia 22 ele estiver aqui, vai ser ótimo, inclusive ele vai priorizar os maiores assentamentos do Brasil e parece-me que um dos assentamentos é o Mercedes, na divisa de Sinop com a região de Itanhangá, Tabaporã.

Quero dizer que isso é muito positivo, sinto-me prestigiado.

Tem horas que eu fico até um pouco...

Presidente, eu vou para Rondonópolis e vamos criar agrovilas lá, vamos fazer reforma agrária lá e eu vou ficar acompanhando Mato Grosso do mesmo jeito, junto com os meus colegas Deputados, porque a maior paixão da minha vida é a luta pela reforma agrária, venho lutando por isso há 30 anos de mandato.

Esse mandato de Prefeito para o qual me elegi agora em Rondonópolis, é meu nono mandato e quero agradecer o povo de Mato Grosso, o povo de Rondonópolis.

Quero aqui dizer que eu estou indo para Rondonópolis, mas vou voltar para projetos cada vez maiores em defesa do nosso povo humilde, porque muito se fala do agronegócio, eu também falo, é aquilo que o Deputado Wilson Santos falou, mas fala-se muito pouco da agricultura familiar.

Quando eu fui prefeito, meus companheiros, eu coloquei água em todos os assentamentos rurais, levamos trator para o pequeno produtor rural, criamos assistência técnica e comprei motos para a assistência técnica - os técnicos iriam fazer assistência técnica de moto -, comprei caminhão e criei a feira do pequeno produtor.

A agricultura familiar... Lembro-me que disputei essa eleição em Rondonópolis, o meu partido tinha um minuto e dezoito, quando faltava 30% da apuração, eu estava em terceiro

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

lugar, eu falei: ganhei a eleição. Todo mundo se assustou. Ganhei a eleição! Porque não tinha aberto a urna da zona rural. Abre a urna da zona rural que vocês vão ver que Zé do Pátio é prefeito de Rondonópolis. (PALMAS) Ganhei a eleição. Todo mundo preocupado com a minha eleição. Porque eu sei do compromisso que tenho com a agricultura familiar, com os mais humildes e com aqueles que mais precisam.

É amor, é amor eterno pela agricultura familiar, Sr. Presidente do INCRA.

Eu quero agradecê-lo e dizer que me sinto muito prestigiado hoje com a Presidência Nacional do INCRA.

Passo a palavra ao Deputado Pedro Satélite, Deputado de vários mandatos, que sempre lutou pela reforma agrária.

(PARTICIPANTES MANIFESTAM-SE GRITANDO: “MLT” - PALMAS.)

O SR. PEDRO SATÉLITE - Bom dia, Sr. Presidente!

Inicialmente, quero agradecer a Deus.

Parabenizar o Prefeito-Deputado! Teremos muitas saudades do senhor aqui, Deputado Zé Carlos do Pátio! Com certeza, Rondonópolis ganhou também com sua eleição, mas o Estado em si perde a partir do ano que vem um grande Deputado que sempre lutou pelas causas sociais do Estado de Mato Grosso.

Também quero cumprimentar o Presidente Nacional do INCRA, se me permite, o Sr. Leonardo Góes, e em seu nome toda equipe que veio de Brasília para que seja objetivo; e o Superintendente Regional, João Bosco Moraes.

Eu quero dizer, Leonardo, que o INCRA, os profissionais, os trabalhadores do INCRA do Estado de Mato Grosso são pessoas qualificadas e competentes, eu já ouvi do senhor. O que precisa, na verdade, é uma estrutura maior para que eles possam realmente exercer seu trabalho e fazer aquilo que tem que ser feito.

Cumprimento os movimentos sociais e os assentamentos.

Quero dizer que serei bem objetivo até para não ser repetitivo em função dos oradores que me antecederam, para que possamos ouvir quem está na plateia, Sr. Presidente, para que Vossa Excelência possa sair daqui com informações de quem realmente está lá na roça, lá no sítio e está sofrendo na pele aquilo que já poderia ter sido resolvido há muito tempo, que é, inicialmente, a regularização fundiária, que se fala muito.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, para falar também do Terra Legal - estamos tratando neste momento do INCRA, mas temos também a questão do Terra Legal.

Vossa Excelência antecipou a minha fala já falando sobre a questão da regularização fundiária do pequeno, do médio e de todos.

Eu diria a Vossa Excelência, com exceção de poucas áreas no Estado do Mato Grosso, que a maioria das terras do Estado de Mato Grosso, Sr. Presidente, está ocupada, se olharmos a história, há muitos anos.

Têm pessoas que estão nos assentamentos, também quem têm 500, 1.000 hectares, que está há 20, 30 anos, que não têm um documento, os poucos que têm, tem um título deslocado, remontado, um problema muito sério no Estado de Mato Grosso.

Essa parceria que o senhor colocou aqui é muito importante, por se tratar da União, do Estado e dos Municípios.

Temos o INTERMAT, que também tem que ser dado uma sacudida, para que, Deputado Zé Carlos do Pátio, possamos, de fato, tirar da teoria e fazer acontecer na prática. Já se

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

passou um ano e oito meses e não foi expedido neste Governo nenhum título de terra pelo INTERMAT.

O que precisamos fazer é sair da teoria e as coisas acontecerem na prática. Não há conflitos maiores no Estado. Praticamente não tem conflito nos assentamentos. As pessoas estão lá, sabem quem é dono do lote. Agora é fazer a regularização e entregar o título para o cidadão.

Fico muito feliz porque tenho a impressão de que vai haver de fato, Deputado Zé Carlos do Pátio, mudanças, mas mudanças para melhor, que de fato saia do discurso, saia da teoria, porque é muito fácil falar que o grande problema é a regularização fundiária, que tem que ser resolvida, mas tem que ser resolvida de fato, na prática, não na teoria.

Com certeza a vinda do Presidente Michel Temer para Mato Grosso já demonstra que está se deixando trabalhar com teoria e está trabalhando na prática e a prática, para quem está aqui hoje, tenho certeza que a reclamação maior, a primeira coisa é receber seu título.

Também já deve ter sido comentado, e quero pedir desculpas, pois queria ter participado desde o começo, mas estávamos em outra reunião, na CPI dos Frigoríficos, e não pude estar aqui, mas os Deputados que me antecederam já devem ter falado, é também a assistência das pessoas que estão na terra e precisam ter condições de sobreviver na terra, não é apenas dar a terra.

Eu acompanho desde 1978 vários assentamentos aqui em Mato Grosso, quando as pessoas, vou falar claramente, eram jogadas na terra - não eram colocadas, eram jogadas de qualquer jeito - e não conseguiam sobreviver por falta de condições e tinham que abandonar o lote.

Daí vem aquela conversa de que não queriam trabalhar, que isto e que aquilo. Mas eu pergunto: como é que a pessoa trabalha sem condição nenhuma?

Eu acho que esse debate hoje é salutar, é saudável e tenho certeza que vamos sair daqui hoje com alguma solução.

Vou encerrar minha fala para que as pessoas que estão na plateia também possam, e eles têm o direito e a obrigação, se pronunciar aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Deputado Pedro Satélite, quero aqui dizer do orgulho que eu tenho, Deputado de oito mandatos, inclusive o Presidente Michel Temer estará na sua região, no norte do Estado, em Guarantã do Norte.

Acaba de chegar o Deputado Zé Domingos Fraga, um Deputado muito comprometido com a agricultura familiar, um craque, é o Pelé da política, três mandatos em Sorriso, a terra do agronegócio. Esse é o Pelé da Política.

Passo a palavra ao Deputado Valdir Barranco, que quer usar da palavra neste momento.

Quero convidar para compor a mesa o Deputado Nininho.

Toda a Assembleia Legislativa está passando aqui.

Depois vou passar para o Defensor Público Air Praeiro, para suas colocações.

Com a palavra, o Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO - Quero começar cumprimentando o Dr. José Ricardo Roseno, Secretário Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário.

Cumprimento também o Sr. Valdir Correa, que o acompanha neste momento e é do nosso Estado.

Cumprimento o Presidente Nacional do INCRA, Sr. Leonardo Góes, com quem tive a oportunidade de dividir espaços no INCRA, ele enquanto Superintendente de Sergipe e eu

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.

Superintendente aqui do Estado de Mato Grosso, e desejar mais uma vez, Sr. Leonardo Góes, muito sucesso frente a esse desafio.

Cumprimento aqui o Dr. Luiz Antônio Possas de Carvalho, que é do Estado de Mato Grosso, tem compromisso com Mato Grosso e hoje é Diretor de Obtenção de Terras lá no INCRA Nacional; o Sr. João Bosco de Moraes, Superintendente do INCRA – e pedir, Sr. Leonardo, vamos efetivar o homem, o Bosco está aí habilitado, está ainda interinamente e acho que é importante a efetivação dele para responder com mais afinco ainda –; cumprimentar aqui o Xiru, que é o nosso grande Perito Federal Agrário do INCRA, está aqui presente; e, em nome dele todos, os servidores e servidoras do INCRA, que é um órgão extremamente importante e tem sido, ao longo de mais de 04 décadas de existência do INCRA, tanto para implantação de assentamento e ordenamento de estrutura fundiária do Brasil e, sobremaneira, do Estado de Mato Grosso... Cumprimento aqui os movimentos sociais; o Sr. Juraci, que é extremamente dedicado a luta pela terra; a Dona Sueli, que está aqui, que há anos também aguarda pela oportunidade de que seu povo seja assentado; o Sr. Valdivino, lá de Rondonópolis, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras; e, em seu nome, cumprimento todos os sindicatos; cumprimento o Sr. Nilton José de Macedo, Presidente da FETAGRI; cumprimento o MLRA, na pessoa do Sr. Jaciel; o MLT também está aqui presente; o MTA; os Exm<sup>os</sup> Vereadores Bilu, de Rondonópolis, e Luciano, de Aripuanã; e, nas pessoas deles, cumprimento os demais Vereadores e Vereadoras presentes; o Drummond, lá do Terra Legal, Brasília; o Ronaldo e o Elion, do Terra Legal; e, em nome deles, cumprimento os demais servidores; o Vereador Pedro Coelho – aí fazer um apelo ao Presidente Leonardo Góes, ao Dr. Luiz Antônio Possas de Carvalho, ao INCRA lá no Município de Brasnorte, temos um acampamento em frente à Fazenda Santa Rosa - Área B, antiga Roderjan. Essas famílias estão acampadas lá há quase 03 anos, o laudo de vistoria nunca é entregue e agora elas ocuparam a MT-170, estão ocupando a MT, isso trará, está já trazendo transtorno para a trafegabilidade, mas nós compreendemos que isso é parte da luta, é ferramenta da luta e quando a luta não avança, os movimentos são obrigados a utilizarem dessas ferramentas.

Então, aproveitando aqui o momento oportuno que o Pedro Coelho e os demais acampados de lá estão aqui presentes, por coincidência, porque eles não sabiam da atividade, para fazer esse clamor e logo após a Audiência Pública possam o Leonardo, o Bosco, o Dr. Luiz Antônio atender essas famílias para que possam fazer um acordo. E após o acordo, desobstruam a MT-170 também.

Eu quero aqui lembrar uma fala do nosso companheiro, colega, Deputado Wilson Santos, que acabou de se retirar, e pegar um gancho aqui na fala dele quando comparava o processo de colonização dos Estados Unidos da América com o processo de colonização do Brasil. E há uma diferença gritante nesses dois processos de colonização.

Em que pese ao Brasil ter sido colonizado em 1500 pelos portugueses, e a Inglaterra, em 1606... A primeira colônia da Inglaterra foi a Colônia da Virgínia e depois a partir daí formaram-se as 13 colônias. Esses Estados Unidos, que é uma pujança econômica, diferentemente do Brasil, não foram colonizados por um país, mas sim por pessoas, por povos que estavam sofrendo perseguições na Inglaterra e, por si só, todos já com uma capacidade intelectual bem mais desenvolvida se organizaram – como se organizam as famílias que querem a terra, que se organizam em torno de organismos sociais –, contrataram os navios e partiram em busca da terra prometida, em busca daquilo que foi chamado de Nova Inglaterra, formando as 13 Colônias. E a partir dali, da organização social deles é que eles não foram dominados, como ocorreu aqui no Brasil.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

E lá já em 1862, o Presidente Abraham Lincoln - que fez grandes avanços na política dos Estados Unidos - tomou a decisão de fazer a reforma agrária. Em 1862, Deputado Zé Domingos Fraga, e dividiu as fartas terras, principalmente pressionado pelas famílias que iam para o oeste norte-americano em áreas de 65 hectares. E as famílias podiam se cadastrar e ao terem acesso a terra, procurariam o Governo para quitarem. Hoje, se nós trouxermos para a moeda de hoje, os 65 hectares seriam relativos a 200 dólares, 700 e poucos reais, quitando tinham acesso ao documento. Então, há uma diferença, porque no Brasil diferentemente disso, o que houve foi uma ocupação, uma exploração em que a Coroa Portuguesa se estabeleceu, tomou posse das fartas áreas agricultáveis do Brasil e distribuiu para os amigos da Coroa por meio do processo de Sesmaria e dos demais processos que foram criados pela Coroa Portuguesa aos amigos do rei. E esses são os mesmos que hoje concentram, passados mais de 05 séculos, a grande quantidade de terras do Brasil.

Se pegarmos o Estado de Mato Grosso, como exemplo, teremos aí dominando as fartas áreas agricultáveis poucas pessoas, poucas famílias, e no processo de colonização do Brasil foi isso que aconteceu. São os mesmos que lá em 1500, 1600 foram recebendo as capitânicas hereditárias e passaram a plantar cana de açúcar, explorando a mão de obra escrava. Depois as mesmas famílias, quando o café passou a trazer produtividade econômica, migraram para o café. Aí veio a Revolução Industrial a partir de 1840 e 1850, essas mesmas famílias migraram para a indústria e dominam as indústrias até então. Aí vieram os meios de comunicação, no século passado, que passou a render recursos, e as mesmas famílias passaram a dominar os meios de comunicação.

Então, o Brasil infelizmente é diferente, e temos que, como movimentos sociais e nós como Parlamentares, fazer esse trabalho para a mudança desse cenário por meio da luta, da organização e da mudança também na legislação.

Eu quero cumprimentar efusivamente o Deputado Zé Carlos do Pátio, parabenizá-lo pela eleição em Rondonópolis, uma eleição que foi na sola da botina mesmo, na sola do sapato, sem recursos e demonstrou o quanto o senhor é querido e que tem trabalho prestado lá. Aqui na Assembleia Legislativa todos, com certeza, trabalharão e eu, que estou chegando agora, estou à disposição para trabalhar e dar continuidade ao processo de reforma agrária no Estado de Mato Grosso.

Leonardo, Zé Ricardo e os demais que representam aqui o Governo Federal, nós precisamos tratar com afinco o desbloqueio das famílias que foram bloqueadas por meio do Acórdão nº 775, de 2016, do TCU. Houve, ao longo dos últimos anos, um trabalho intenso, intrincado entre os movimentos sociais, a FETAGRI, a CONTAG, todos que ocupam a terra, que já eram assentados, aos poucos houve as modificações por meio da Normativa nº 71, de 2012, do INCRA, que permitiu que as famílias que estavam irregularmente ocupando as parcelas de assentamento fossem sendo aos poucos regularizadas. Aí com essa luta veio a Lei nº 13.001, de 2014, que veio para regularizar essas situações.

Não podemos conceber... Uma luta que sempre tive, enquanto Superintendente também, era minha fala em Brasília ou em qualquer lugar onde tínhamos as reuniões, é porque a família, ao adentrar na terra, ao ser selecionada pelo INCRA e receber a parcela, ela entra pobre e, depois de trinta anos de espera, ela sai miserável. Não podemos conceber que a família aguarde o processo de seleção e, depois desse processo de seleção, seja jogada na terra, não tendo a oportunidade de melhorar de vida. E, quando ela melhora de vida, tem muitos casos assim...

O Acórdão nº 775 demonstra que ou o TCU não conhece assentamento, quem fez esse acórdão nunca foi a um assentamento, fez no ar condicionado, ou há algum equívoco aí. A Lei nº 13.001 e o Decreto nº 8.738, que é de 2016, que regulamenta a Lei, precisam ser reconhecidos



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.

---

para que essas situações possam ser saneadas, porque a família que entrou lá, com suas próprias condições, Deputado Saturnino Masson, adquiriu o bem e melhorou de vida. Agora o Tribunal de Contas vem e determina o bloqueio dos bens dessa família, porque ela não poderia ter tido renda superior a 70.000 reais, não poderia comprar veículo! Se a pessoa estudou, foi para uma universidade, está bloqueada, porque pobre que está lá no assentamento não pode fazer universidade, o filho do pobre não pode fazer universidade! É um absurdo!

Então tem que haver a modificação da legislação. A Lei nº 8.629, que é de 1993, já foi dito aqui pelo José Ricardo Roseno, é uma legislação muito ultrapassada. Então, urgentemente, o Governo Federal precisa fazer uma readequação dela. Seja através de medida provisória, mas que sejam saneados e enfrentados os problemas que precisam ser enfrentados, porque senão a medida provisória vai ser em vão. Como, por exemplo, nessa questão de quem acessa o concurso público. A pessoa não pode adentrar ao assentamento, a família, e lá tem uma escola que precisa de professor, lá precisa de agente de saúde, lá precisa de motorista de ônibus, de ambulância, às vezes, porque está distante dos núcleos urbanos, mas, se na família tem algum membro que presta o concurso e acessa essa vaga, depois ela é bloqueada.

Isto precisa ser resolvido para que nenhum órgão de controle, nem o Ministério Público Federal nem o Tribunal de Contas da União nem a CGU, venha fazer o bloqueio dessa família.

E outra questão, já estou finalizando, que precisa ser enfrentada é quanto à titulação definitiva. Sabemos que a Lei nº 10.267 é importante, mas, quando se mostra o gráfico da titulação, até 2001, nós víamos que a titulação era mais rápida. Em 2001 veio a Lei nº 10.267, que é a lei que criou a figura do georreferenciamento. Após esta Lei, nenhum assentado pode receber o título, se sua terra não for georreferenciada e se esse assentado não tiver as peças técnicas, os memoriais descritivos. A transcrição para o seu nome vai depender deste trabalho. Mas o INCRA nunca teve recurso suficiente para georreferenciar todos os assentamentos e também não permitia que o georreferenciamento fosse feito através de Acordo de Cooperação Técnica.

Lá em 2011, quando eu assumi o INCRA, nós enfrentamos esta situação e fizemos o Acordo de Cooperação Técnica com mais de 300 entidades. Hoje, nenhum título desse teria sido dado agora, se não tivesse sido feito o georreferenciamento. No Assentamento Mercedes, por exemplo, lá de Tabaporã, a comunidade se organizou e, em parceria, fez o georreferenciamento. O georreferenciamento demora dois, três anos para ser finalizado. Então temos aí muitos assentamentos que receberão o título a partir do georreferenciamento, mas é importante que, ao receber o título, se possa quitar este título e não ter que esperar dez anos para fazer a desalienação do portfólio de terras do INCRA.

Ao quitar, ele vai ao INCRA - é assim que deve ser -, leva o comprovante de quitação, leva o comprovante de que ele está em dia com as condições ambientais, com o CAR, por exemplo, e aí sim ele já pode levar o ofício para o cartório e transferir aquela parcela para o seu nome, sendo de direito e de fato dono, podendo explorar a terra e desenvolver a sua família.

Portanto, esta é a minha contribuição.

Já não está mais aqui o proprietário da Japuranã, que se retirou, Dr. Xavier Leônidas, mas quero aqui parabenizar o Dr. Leonardo. É uma área em que, desde que eu era professor, em Nova Bandeirantes, sempre apoiei o movimento, de motocicleta ainda, quando estava começando, há dezoito anos. Depois fui Secretário de Educação, Prefeito e vim para o INCRA. Graças ao Trabalho do Xiru e de outros técnicos, outros peritos aqui do INCRA, foram feitas as vitorias. Em 2013 foram feitos os Decretos Presidenciais e agora o Dr. Leonardo e o Dr. Luiz

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

Antônio estão finalizando para que, de uma vez por todas, essas famílias possam ser definitivamente assentadas.

Para finalizar, quero deixar aqui um registro de como o Estado de Mato Grosso, o Governo do Estado também não tem compromisso com a agricultura familiar. Em 2014, o orçamento para a agricultura familiar era de 217 milhões, esse ano que vem, a LOA, a Lei Orçamentária Anual, que chegou para esta Casa aprovar, está reduzindo o orçamento para a agricultura familiar de 217 milhões em 2014, para cem milhões.

Então, é importante, porque nesses 535 assentamentos que foram destacados, nós temos 121 projetos de assentamentos que são do INCRA, são do Estado. É importante que o Estado trabalhe a questão da regularização dos seus assentados e assentadas.

Quero parabenizar a equipe do Sr. Leonardo e da Presidência da República e o nosso querido Deputado Zé Carlos do Pátio pela iniciativa. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigado, Deputado Valdir Barranco. Eu passo a palavra ao Dr. Air Praeiro, Defensor Público, Coordenador do Núcleo de Regularização Fundiária.

Esta semana, o Dr. Valdemir, eu conversei com ele por mais de duas horas, que é Defensor Público, no Município de Rondonópolis, sobre essa questão de regularização fundiária, e ele me apresentou o Dr. Air Praeiro. Eu volto a reforçar, eu falei no início desta Audiência Pública, precisamos, caros Deputados, de fortalecer a Defensoria Pública, ela tem muito o que contribuir.

Com a palavra, Dr. Air Praeiro.

O SR. AIR PRAEIRO ALVES - Presidente, Deputado Zé Carlos do Pátio, na pessoa de quem eu peço vênica para cumprimentar toda esta plêiade que compõem a mesa, senhores participantes desta Assembleia Pública Democrática.

Eu confesso, Presidente, que eu ouvi atentamente as palavras do Deputado Wilson Santos e agora as palavras do meu companheiro Valdir Barranco. Eu só tenho a acrescentar que o modelo jurídico brasileiro é o responsável por essa situação, enquanto o americano foi colonizado pelos ingleses, nós fomos colonizados pelos portugueses.

Nós viemos de um modelo jurídico anglo-saxão, enquanto lá era *common law*, o modelo anglo-saxão privilegia essencialmente o direito de propriedade, apesar de que o artigo 39 da própria Constituição, no mesmo espaço de propriedade, assevera que a propriedade exercerá a sua função social.

Então, nós estamos vendo que a função social da propriedade, aliada ao direito de propriedade, é responsável por toda essa situação que nós temos. Ora! Nós sabemos que o Brasil, a partir do Tratado de Tordesilhas, foi todo objeto de posse de Portugal. Se o argentino e o chileno não despertassem, nós estávamos lá dentro, através dos bandeirantes.

Então, eu insiro a Defensoria Pública nesse contexto, Sr. Presidente, para dizer que nós trabalhamos essencialmente na regularização fundiária das áreas de domínio privado, quer urbano, quer rural. E nos defrontamos, a exemplo de Conselvan, a exemplo do Vale de Juíão, a exemplo do Vale Abençoado, a exemplo de Colniza... Em que o poder econômico detém inúmeras quantidades diárias em detrimento daqueles que sequer tem um palmo de terra para ser enterrado.

É por essa razão que nos inserimos no contexto da regularização fundiária, privilegiando muito mais, buscando muito mais soluções para aqueles que ocupam a área. E ninguém ocupa porque é bandido, porque pretende invadir ou pelo simples prazer de invadir. Ocupa pela necessidade de produzir para si e para os seus familiares. É nessa situação. (PALMAS)

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

É nessa situação que a Defensoria Pública se insere, no sentido de defender o hipossuficiente.

E aqui, Presidente, faço um apelo para que seja sensibilizado o Governo do Estado, no sentido de, pelo menos, ser avalista de empréstimos daqueles que ocupam a terra, porque eles ocupam, mas querem pagar, mas por não terem condições econômicas para tal, ficam à mercê de liminares e de sentenças judiciais, e a Defensoria Pública, tentando, de uma ou de outra forma, impedir a retirada compulsória, e muitas vezes, pela Polícia Militar.

Então, pedimos à Assembleia Legislativa que sensibilize o Governo no sentido de que, pelo menos, seja avalista na obtenção de recursos para pagamento dessas áreas, evitando assim, um exagerado conflito social no campo.

Eu termino colocando a instituição Defensoria Pública, Sr. Presidente, como nós sempre estivemos, juntos. O Deputado Valdir Barranco é testemunha disso, em várias contendas, em várias lidas, e coloco a instituição Defensoria Pública à disposição de todo aquele que se considera pobre, na forma da lei.

Obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agradeço o Dr. Air Praieiro, Defensor Público, Coordenador do Núcleo de Regularização Fundiária.

Neste momento, passo a palavra ao Sr. Nilton José de Macedo, Presidente da FETAGRI.

O SR. NILTON JOSÉ DE MACEDO - Bom dia a todos e a todas.

Quero agradecer e parabenizar o Deputado Zé Carlos do Pátio por essa Audiência Pública, que trata da importância da regularização fundiária, principalmente, no Estado de Mato Grosso, dos assentados e assentadas da reforma agrária do Estado.

Em seu nome, quero agradecer e parabenizar a todos os Deputados Estaduais presentes; quero agradecer e parabenizar o Sr. Leonardo Góes Silva, Presidente do INCRA, em seu nome, parabenizo a todos os servidores do INCRA nacional que estão aqui; quero agradecer e parabenizar pela apresentação, o nosso companheiro da Casa Civil pelo trabalho que vem desenvolvendo dentro do Estado, o Bosco. E, em seu nome, parabenizo toda a equipe do INCRA. Quero dizer ao Sr. Leonardo sobre a importância de efetivar o Bosco perante o INCRA, principalmente, pelo trabalho que ele vem desenvolvendo no Estado de Mato Grosso.

Para a FETAGRI, é uma grande satisfação participar desta Audiência Pública.

Quero parabenizar o nosso Sindicato, que está presente, e não só o Sindicato, mas também todos os movimentos sociais. Precisamos fazer uma ação em conjunto com os movimentos sociais para ter, não só a reforma agrária, mas para ter o direito dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, não só do Estado de Mato Grosso, mas em nível nacional, para que continue sendo a política pública, de fato, porque vemos a questão da previdência.... Eu não poderia deixar de trazer isso, a Previdência Social que é o seguro especial, o que está sendo discutido e o que está sendo proposto. Eu acho que os movimentos sociais têm que participar mais.

Eu quero agradecer o Deputado Valdir Barranco que sempre esteve conosco, também

Enfim, vereadores, vereadoras, outros movimentos, associações, agricultores e agricultoras familiares que estão presentes.

Eu começo falando em nome do INCRA e quero falar, também, sobre o Programa Nacional do Crédito Fundiário no Estado de Mato Grosso. É uma grande questão a regularização fundiária, do assentamento, do crédito fundiário aqui, no Estado de Mato Grosso.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

O Luiz Antônio que, também, está aqui, que é do Estado, sabe disso.

Já fizemos, principalmente, Audiência no Município de Poconé onde os assentamentos do crédito fundiário, a reserva legal foi feita dentro da área de uma fazenda. Estou dando o exemplo de um assentamento que não conseguimos nem localizar onde está a reserva legal desse assentamento, ocasionando problemas sérios para aquele Município, principalmente para aqueles assentados.

O sonho de ter um pedacinho de terra onde ele possa produzir e realizar o sonho de toda a sua família, hoje, é um pesadelo àquelas famílias que estão lá. Não só esses assentamentos do crédito fundiário. Praticamente todos os assentamentos do crédito fundiário do Estado de Mato Grosso - Deputado Zé Carlos do Pátio sabe muito bem disso - tem problema na questão da regularização fundiária.

Quanto ao INTERMAT nós precisamos, também, Srs. Deputados, principalmente Vossa Excelência, Deputado Zé Carlos do Pátio, rever a questão dos assentamentos e da regularização. Nós sabemos que os assentamentos do Estado são mais complexos, ainda, porque quando se trata de contrato de concessão e uso, depende de uma data, de uma CIPA e depende do INCRA, também. Então, é um processo mais longo para se fazer e precisamos rever isso.

Já sabemos que está sendo discutido que o INTERMAT passe para a Casa Civil e precisamos fazer um debate sobre isso. Eu acho que o INTERMAT tem que ser uma autarquia, realmente, que venha a ter decisões próprias para que facilite mais ainda a questão da regularização, principalmente, dos assentamentos do Estado.

Quanto à questão do INCRA quero aqui dizer, Sr. Leonardo Góes, não só ao senhor, mas ao João Bosco, do Estado, também, que não estou aqui criticando nenhum dos senhores, principalmente nessa nova empreitada em que os senhores estão, principalmente os Deputados não vou criticar, porque os senhores estão aqui, propuseram isso, porque realmente estão preocupados com a questão da regularização fundiária. Nós sabemos, principalmente o Bosco, a preocupação que se tem quanto à regularização dos assentamentos no Estado de Mato Grosso, com relação a essas famílias que estão bloqueadas no Estado, a preocupação que ele tem, também.

Estamos tratando de titulação. Estamos tratando de regularização fundiária. Não podemos nos esquecer, os movimentos sociais que estão presentes, que boa parte dessas famílias para ter um pedaço de terra, primeiramente, ficou cinco anos embaixo de uma lona, na beira de uma estrada ou em frente a uma área com conflito ameaçada de morte. Muitas pessoas foram assinadas por isso, também. E após a emissão daquele assentamento, ainda, ficou quatro, cinco anos para acessar os direitos às políticas públicas de um PRONAF, de um crédito inicial da sua habitação e até hoje... Tem quarenta anos que assentamentos não conseguiram se regularizar, ainda, ter moradia digna para que aquela família tenha o descanso necessário que deve ter.

É por isso que a FETAGRI/Mato Grosso é favorável à titulação de todos aqueles que têm direito. Já discutimos com o Senador Wellington Fagundes, já fizemos documento para que ele nos ajudasse no processo, também, porque é difícil.

Eu falo para vocês que tenho orgulho de representar mais de 150.000 mil famílias de agricultores e agricultoras familiares no Estado de Mato Grosso, assentados e não assentados da reforma agrária, mas fico triste do jeito que foram conduzidos, especialmente, os nossos assentados e assentadas da reforma agrária. No final de tudo, ainda, dizem que eles são culpados de todas as irregularidades acontecidas nos assentamentos.

O bloqueio no Estado de Mato Grosso não chega somente a 50%, Deputado. Passa de 60% dos que estão bloqueados no Estado de Mato Grosso. É triste quando sabemos e vemos que

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.

---

têm muitos assentados que estão bloqueados, simplesmente, porque compraram um trator ou, então, compraram uma *Stradinha* para escoar a sua produção no seu lote, na sua parcela de assentamento. Foram bloqueados pelo TCU dizendo que não poderiam ter um carro, nenhum veículo e nenhum maquinário que ultrapassava a sua renda. Sabemos que isso foi financiado pelo PRONAF. É um financiamento que ele tinha de direito da sua parcela e, hoje, ele está bloqueado.

Então, ficamos muito felizes, primeiramente, pela organização dos senhores, pela Audiência Pública. A FETAGRI está à disposição.

Gostaria de lembrar um pouquinho a questão do “Terra Legal”. Eu acho que o “Terra Legal” temos que rever e discutir profundamente, porque tem áreas que foram emitidos títulos definitivos. Foram pagas três parcelas, quatro parcelas. Áreas de cinco foram parceladas em cinco parcelas. Estou falando de agricultores familiares. E na hora de pagar a última parcela, que mudou a lei, não teve condições, porque tinha que corrigir a parcela, não conseguiu e ele foi impedido de pegar o seu título e terá que começar o processo todinho novamente.

Então, é isso! Acho que o “Terra Legal” tem um papel importante no Estado de Mato Grosso e em nível nacional, também, mas acho que o “Terra Legal” tem que ser revisto, porque está parado, sem estrutura, praticamente, sem ação e o que fazer dentro do Estado de Mato Grosso.

Somos favoráveis, principalmente, à regularização fundiária e à titulação dos assentamentos no Estado de Mato Grosso, porque sabemos que por meio da titulação conseguiremos a inclusão social, a sustentabilidade e pensaremos em uma associação rural futura.

Sou Presidente da FETAGRI, sou agricultor familiar no Município de Pontes e Lacerda, e se pegarmos os assentamentos e a situação que em que estão todas as famílias e dissermos que aquilo é o que aquela família quer para o seu filho tenho certeza que ninguém vai querer isso. Ficar quarenta anos subordinado, preso, sem poder crescer, sem poder ter sustentabilidade e renda na sua propriedade não é isso que queremos para os nossos filhos. Como é que vamos falar de sucessão rural, se não pensamos nisso?

Após esta Audiência Pública, tenho certeza que o Estado de Mato Grosso não será o mesmo a partir do momento que começarmos a fazer, de fato, a regularização fundiária.

E quanto à assistência técnica que ouvi falar, que vi a apresentação também, aqueles dez assentamentos que o Deputado Wilson Santos falou, na realidade, não são dez assentamentos. São algumas famílias dentro dos assentamentos em todo local, em todo Estado de Mato Grosso. Se fosse um assentamento, se tivesse assistência técnica e tivesse uma vida de qualidade, seria totalmente diferente.

Para encerrar, assistência técnica não é só assistência técnica, mas de projeto. Não é extensão rural, a visita na propriedade, orientar a família de que maneira tem que fazer. Isso o Estado de Mato Grosso está perdendo muito.

Muito obrigado a cada um de vocês.

Obrigado, Deputado Zé Carlos do Pátio, e que Deus abençoe a todos e todas.

(PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra o Deputado Nininho.

O SR. NININHO - Bom dia a todos e a todas!

Quero, em primeiro lugar, Deputado Zé Carlos do Pátio, hoje Prefeito eleito da nossa querida cidade de Rondonópolis, parabenizá-lo, em primeiro lugar, pela iniciativa desta

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

Audiência Pública, com certeza, muito esperada por todos os assentados há anos para que chegasse este momento de ter definitivamente os seus títulos.

Em seu nome, Deputado Zé Carlos do Pátio, cumprimento todo dispositivo da mesa; em nome do Dr. Leonardo Góes, Presidente do INCRA, cumprimento toda a sua equipe.

Para nós é uma satisfação estar recebendo o senhor, Dr. Leonardo, em nosso Estado trazendo essas boas notícias.

Eu tinha acabado de comentar com o Deputado Zé Carlos do Pátio, nosso Prefeito eleito, e com o Leonardo que há uns 60 dias eu estava com o Ministro Blairo Maggi e ele me disse que uma de suas prioridades nessa estada lá no Ministério era fazer com que esse processo, que é do anseio desses assentados de muitos anos, andasse a passos largos neste momento. E o Leonardo confirmou que esteve com ele e no que depender vai dar todo o respaldo para que isso tenha agilidade.

Quero cumprimentar o meu colega Deputado Valdir Barranco e dizer que nós temos aqui um grande defensor do pequeno produtor, dos assentados, que é o Deputado Zé Carlos do Pátio, nosso amigo, que vai deixar esta Casa. Mas hoje chegou um professor, ninguém melhor que o senhor, para dar continuidade e nos orientar para que possamos definitivamente apoiar esses trabalhadores para que tenham em suas mãos o seu título para poder ir ao seu Banco buscar os recursos para trabalhar.

Em nome do Deputado Valdir Barranco, nosso companheiro, guerreiro de longas datas, cumprimento todos os Presidentes de Associações, representante do FETAGRI.

Eu conheço a sua luta, Deputado Valdir Barranco, em defesa dos trabalhadores rurais. Então, quero parabenizá-lo e cumprimentar todos.

Deputado Zé Carlos do Pátio, com certeza, nós precisamos orientar agora... Eu, inclusive, falava com o Prefeito eleito de Pedra Preta, o Ná, que em nossa região sul, realmente, poucos assentamentos foram beneficiados neste primeiro momento.

Mas quem tiver mais agilidade, e isso acho que vai caber aos Prefeitos, à Câmara de Vereadores, ao Governo, de dar esse respaldo e apoio para que faça esse georreferenciamento o mais breve possível. Que possamos aproveitar este momento em que temos um Presidente do INCRA dedicado nessa missão; um Ministro da Agricultura aqui do nosso Estado; uma Bancada Federal que apoia a regularização para que os nossos assentamentos façam o mais breve esse georreferenciamento e a curto prazo, se Deus quiser, ver todos os nossos assentados com os seus documentos em mãos. Por meio desse documento, ir à agência bancária buscar seus recursos para, realmente, produzir e retirar o sustento da família em cima desse pequeno pedaço de chão, que é a esperança e o que cada um de vocês sabe fazer.

Quero aqui parabenizar a todos; parabenizar, especialmente, o nosso Deputado Zé Carlos do Pátio, todos os demais Deputados, nossos colegas, todos os representantes de entidades que aqui defendem esses trabalhadores e dizer que nada melhor do que neste momento, com a presença do nosso Presidente do INCRA, definitivamente ter um sonho esperado por todos.

Em 2000, eu fui Procurador e desapropriei aqui - até conversava há pouco com o meu colega Deputado Valdir Barranco - a fazenda Santo Antônio da Fartura. Como Procurador nós assentamos lá 296 famílias. Hoje lá é onde, praticamente, abastece a Baixada Cuiabana com hortifrutigranjeiros. Eu tive a felicidade de ir a um assentamento que deu muito certo. Mas estas pessoas, já se passaram 16 anos, ainda não tem seus documentos. A informação é que estão acabando de fazer o seu georreferenciamento e, se Deus quiser, em breve estará regularizando e entregando a documentação a todos os assentamentos e não somente a Santo Antônio da Fartura.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

Parabéns, Deputado Zé Carlos do Pátio! Parabéns a todos e que Deus os abençoe (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Agradeço ao Deputado Nininho.

Eu passo a palavra ao Vereador Geraldo Elias Ribeiro, de Curvelândia (AUSENTE). Com a palavra, o Sr. Emanuel Antônio da Silva, agricultor, pequeno produtor (AUSENTE). Com a palavra, o Sr. Eraldo Coiado, economista.

O SR. ERALDO COIADO - Primeiro, frisar esta oportunidade, porque eu acho que o modernismo dar-se-á exatamente na interação linguística. À medida que vamos conversando e a sociedade consegue perceber a importância de cada andamento, de cada segmento, é que ela poderá avançar.

Eu acho que a modernidade passa por essa interação crítica, linguística, e precisamos entender que nesse processo o Estado exerce um poder, e é importante que ao exercer o poder também tenha consciência do poder sindical e do poder burocrático do processo.

Muitas coisas não avançam em função da má orientação, às vezes, do poder burocrático e, às vezes, de enfrentamentos que têm que se dar cada vez mais pelo poder sindical. Mas o processo institucional é importante que se tenha claro de que cada coisa dessas tenha que botar os pingos nos "is".

Eu acho que o processo que foi colocado nos quadros, os números, passa por outra questão. Como esses movimentos, esses processos, esses esforços passam por dinheiro público, é importante que se faça uma avaliação institucional do processo, não só da ala das necessidades do Estado, mas das pessoas que estão aplicando o dinheiro e qual é o processo de avaliação desses processos para que também possa reivindicar essas posses, esses documentos, mas, em cima de alguma coisa que tenha sido dada uma resposta positiva.

Por outro lado, a segunda questão que queremos tratar é que estamos trabalhando com o Município de Nossa Senhora do Livramento, agora começando um novo processo, e o nosso processo não é bem um processo de avaliação e sindical, mas, sim, de terras que passam de pai para filho que até hoje não tem uma regularização, até pelas dificuldades da burocracia. Muitas coisas foram reivindicadas, não há contencioso entre as divisas, mas não se consegue esse papel para dar as questões necessárias para o investimento, para dar o arranque do socioeconômico no município.

Então, nós temos dificuldade neste sentido, já foram feitos alguns esforços para tentar regularizar essas terras sem contencioso, sem questão de posse, coisas baratas, que o Estado pode fazer.

Nossa Senhora do Livramento tem a tendência de ser o suporte do processo de hortaliça da Grande Cuiabá e Várzea Grande e não conseguimos avançar nisso porque não consegue financiamento para o pequeno, as vezes para um poço artesianos, para fazer uma pequena represa e mais dificuldades com a questão ambiental, que tolhe o tempo todo, não deixando, por causa de minúcias pelos xiitas da vida, avançar essas questões. É importante que se avance neste sentido.

A população de Nossa Senhora do Livramento está diminuindo, está vindo ser favelado, um favelado aqui que deve custar de três a quatro mil reais aos grandes centros, sendo que esse pessoal poderia estar lá. Nós temos escolas, temos hoje luz elétrica, temos casas e as pessoas estão fugindo de lá, principalmente a força produtiva.

Então, precisava ter uma facilidade, não só através do sindicato, mas ter um espaço para que essas pessoas se organizem e organizem as suas propriedades. Essa é a minha questão. (PALMAS).

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigado!

Com a palavra a Vereadora Elza Moura, de Itanhangá.

O próximo será o Sr. Claudinei Araújo, agricultor.

Vereadora, é um prazer estar com Vossa Excelência aqui.

A SRª ELZA MOURA - Boa tarde, senhores! Já é tarde, porque passou de meio dia.

Eu quero agradecer a todos, agradecer a Vossa Excelência, Deputado, por esta Audiência Pública, que é muito louvável para nós.

Quero dizer aqui para todos, principalmente para as autoridades, que nós do Itanhangá estamos sendo reféns de meia dúzia de pessoas.

No último dia 18 a Polícia Federal esteve na minha casa, esteve em casas de várias pessoas fazendo operação da qual estamos sendo alvos.

Por quê? Porque vamos ao INCRA, cobramos a regularização fundiária, vamos a todos os lugares, todas as casas, todos os órgãos. Por quê? Porque precisamos de documentos no nosso Município.

Fui reeleita, estou indo para o terceiro mandato, e se fui reeleita é porque trabalho, me preocupo com a população do meu Município, município esse no qual há mais de 18 anos as pessoas estão precisando de documentos.

Quando é para chegar os títulos, simplesmente chega a Polícia Federal e nós estamos sendo taxados de bandidos, de organização criminosa.

Eu gostaria de pedir aos senhores para que trabalhem firme para que isso acabe, porque já tivemos três vitórias, se não me engano, do ano passado até este ano, que própria população paga para o INCRA ir lá fazer.

Houve também essas denúncias infundadas, e por que digo denúncias infundadas? Porque são pessoas sem caráter, meia dúzia de pessoas fazendo com que a Polícia Federal se desloque, fazendo essa operação tão cara até no Município.

Não me envergonho em nenhum momento de a Polícia ter ido lá e não tenho medo. Por quê? Porque eu não devo. Estou simplesmente exercendo o meu poder, o meu papel de Vereadora da população de Itanhangá, e tive mais de 10% da votação nesta Legislação, Sr. Presidente.

Por que não vou trabalhar para a população? Tenho que trabalhar sim. Tenho que correr atrás, tenho que lutar pela documentação daquele povo e jamais passar a mão na cabeça de quem está errado.

Quem está errado que pague para a Justiça. Não aquelas pessoas que fizeram parte de barraco de lona, muitos até morreram, aguardando um título que até hoje não tiveram.

Eu digo que isso é uma vergonha nacional, porque o povo precisa, gente, o povo precisa de dignidade e a população dos assentamentos só vai ter essa dignidade quando tiverem seus títulos na mão.

Isso nos deixa revoltados! Não vou parar de fazer o meu trabalho - jamais! -, porque o povo me elegeu.

Tenho que correr atrás, venho nesta Assembleia Legislativa, procuro vários Deputados, também vou a Brasília - fui várias vezes - e quando corremos atrás, somos taxados como bandidos.

Acho que isso tem que mudar. A população tem que ser levada mais a sério pela Justiça, porque antes mesmo de a Justiça mandar a Polícia Federal na casa do cidadão, gastando o



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

dinheiro público - tão caro é essa operação -, primeiro tem que analisar os denunciantes, olhar quem está fazendo as denúncias, se são denúncias verdadeiras ou falsas, para depois fazer esse tipo de trabalho.

Então, deixo esta minha revolta.

Ao mesmo tempo, quero aqui pedir ao Sr. Leonardo, que resolva esses problemas junto aos órfãos competentes em Brasília.

Eu gostaria também de pedir aos senhores aqui da Assembleia Legislativa para pegarem um DVD de 2011, de uma Audiência Pública em Itanhangá, a maior Audiência Pública que a Assembleia Legislativa fez lá, eu presidia a Câmara Municipal, mostrando que não é de agora que eu faço esse trabalho, que eu corro atrás, foram mais de quatro aviões de autoridades lá, e nesse DVD os senhores verão na íntegra essa Audiência Pública.

Faço aqui um apelo aos senhores por essa documentação, porque, na realidade, o que eu vejo como vereadora é que estão querendo invalidar o trabalho que o INCRA fez lá, mais uma vez invalidar o trabalho do INCRA.

Esse dinheiro vai para onde? Tirando do bolso do povo, indo ralo abaixo.

Chega de vistoria, Sr. Presidente!

Para finalizar, eu gostaria de dizer ao senhor que como não foi só uma vistoria do INCRA agora, houve três vistorias feitas por três pessoas diferentes, eu acho que os técnicos do INCRA têm informação para saber quem é e quem não é dono do lote.

Chega disso! Precisamos de documentação, como o pessoal do MLT aqui precisa de terra.

Vocês são muito bem organizados. Parabéns para vocês também por essa organização. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigado, Vereadora.

O SR<sup>a</sup> ELZA MOURA DA SILVA - Infelizmente o que a gente não tem é o Executivo aqui. Precisava do Executivo.

Eu gostaria, para finalizar...

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Obrigado, Vereadora.

O SR<sup>a</sup> ELZA MOURA DA SILVA - Eu gostaria que os senhores cobrassem do Executivo. O Executivo tem que estar presente. Por quê? Porque os senhores vão lá dar a cara a tapa e são taxados também, como teve Deputado aqui que aconteceu isto.

Muito Obrigado. Que Deus abençoe a cada um de nós.

Peço aos senhores que lutem pelos assentamentos. Eu não tenho terra, mas quem tem terra precisa de documento.

Muito Obrigada. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Eu gostei da fala da nossa vereadora.

Realmente temos que ser mais céleres, mais rápidos, resolver essas questões.

Tem uma coisa que tem que ser questionada mesmo. Ela está certa.

Há alguns dias eu falei: se o trabalhador está no campo, tem reintegração de posse; se ele vem para a cidade, tem que fazer concurso para varrer rua.

Onde é que vou colocar esse trabalhador? No campo reintegração de posse; na cidade concurso para varrer rua.

O que eu faço com esse trabalhador que o Estado muitas vezes não deu oportunidade para ele?

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

Então, está certa a sua fala.

Com a palavra, o companheiro Claudinei.

O próximo inscrito é o Sr. José Norberto, Jornalista.

O SR. CLAUDINEI - Boa tarde a todos!

A pergunta seria para o José Ricardo, mas fica para o Presidente do INCRA.

Eu sou do Assentamento Manoel Pereira, de Guiratinga, e nesse assentamento já temos as escrituras e estamos naquela fase de substituição de lotes até surgir o CCIR e ITR, que passou para a mão do INCRA. Desde quando foi para a mão do INCRA nunca mais conseguimos transferir nenhum lote, porque não sai o CCIR e ITR.

Eu queria que o Dr. Leonardo respondesse essa pergunta: por que essa demora do CCIR e ITR para fazermos essa substituição.

Muito obrigado a todos (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Antes de terminar ele fará as considerações finais e explicará para o Sr. Claudinei.

Com a palavra, o Sr. José Norberto, Jornalista.

O último inscrito é o Tiago Estafanelo Nogueira.

O SR. JOSÉ NORBERTO DE SÁ - Bom dia a todos!

Em nome do nosso Deputado Zé Carlos do Pátio cumprimento toda mesa e todos aqui presentes.

Sou jornalista pós-graduado em Direito.

Na realidade, Deputado, vim aqui fazer um pedido.

Também sou Presidente do Solidariedade de Várzea Grande, até o parabenizo aqui.

A minha preocupação maior, Deputado, e vou falar de Várzea Grande, serei bem breve, uma hora e meia dá para eu falar - em cinco minutinhos eu falo, gente.

Na realidade Várzea Grande é um Município aqui do lado, Leonardo, que tem basicamente trezentos mil habitantes e 40% do meu município está irregular, não tem regularização fundiária.

Por incrível que pareça é o pior município, saiu uma pesquisa há pouco, é o 5º pior município para se viver no Brasil - o senhor imagine -, o 5º pior município para se viver!

Nós ficamos analisando esse processo...

Eu nunca fui dono de terra, mas entendo um pouco porque minha família veio dessa área, dessa base, fomos constituídos em cima disso, o meu pai perdeu suas terras - naquela época não tinha condições - para o garimpo. O garimpo acabou e nós ficamos a mercê da situação, da vida.

Há vinte e poucos anos, vinte e quatro anos, vim morar em Várzea Grande e nesses vinte anos eu aprendi muito convivendo e vendo as pessoas da agricultura familiar e como elas sobrevivem.

Nesses vinte anos passaram por lá, Deputado, dois Governadores filhos daquele município, dois Governadores, que depois foram Senadores e Deputados Federais, e ainda hoje são Prefeitos naquele município, e 40% do nosso território que não têm a regularização fundiária.

Não estou aqui falando isso para pisotear, ou porque eles são adversários políticos, ou coisa nesse sentido. Estou falando aqui, Deputado, porque o Partido Solidariedade acabou de assumir uma responsabilidade muito grande no Brasil e nós não podemos cair no descrédito, como eles caíram no descrédito.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

Nós temos que trazer a nossa responsabilidade ao nosso município e levar afinco.

Quem sabe, Presidente Leonardo Góes, eu não sei como fazer isso, mas estamos aqui para debater isso, eu ouvi aqui alguns Deputados comentarem que nos últimos anos havia nove mil pessoas trabalhando no INCRA e hoje existe quatro mil, com dinheiro eles não conseguiram trabalhar, mas nós, talvez, iremos conseguir sem dinheiro, mas com criatividade, de repente podemos trazer para junto as Universidades Federais, as Universidades Estaduais - o senhor disse há pouco que a preocupação é jurídica -, onde existem muitos alunos loucos para trabalhar, para ajudar a desenvolver o nosso Estado, o nosso município.

Na agronomia, o senhor é agrônomo sabe disso, existem muitas pessoas que têm capacidade de desenvolver, aumentar a produção, melhorar a produção do nosso Estado, inclusive em nossa cidade de Várzea Grande.

Deputado, falo isso porque quando Blairo Maggi ainda era Governador do nosso Estado foi criado o CEASA em Várzea Grande, mas vemos o CEASA até hoje parado. Não está produzindo. Não se produz nada, não se leva nada, não se vende nada.

Mato Grosso hoje compra dos outros Estados basicamente 100% do produto hortifrutí vendido em nosso Estado, sendo que nós temos 40% do nosso município - estou dizendo sobre Várzea Grande -, que não tem regularização fundiária.

A nossa Constituição Federal as vezes é muito dura porque para termos a posse ou para usucapi leva-se de cinco a quinze anos para conseguir a liberação desses documentos. Isso às vezes atrapalha.

Não é possível que nesses trinta anos que se passaram não conseguiram desenvolver a metade do nosso município de Várzea Grande.

Quarenta por cento do nosso município não tem regularização.

Isso quer dizer que nós estamos perdendo não só na produção hortifrutí para o nosso Estado, como para vender para outros Estados ou até mesmo importar para outros países. Mas estamos perdendo a oportunidade de fazer com que a camada que tem mais necessidade alcance financiamento para regularizar sua casa, reformar sua casa, vender sua casa. Isso gera economia em nosso bairro, em nosso município, em nosso Estado, porque as pessoas ali poderão comprar materiais para construção.

Voltando para a agricultura familiar, se levarmos o mínimo, que é o título, eles conseguirão...

Eu ouvi aqui um Deputado dizer sobre a falta de água. Realmente existe a falta de água porque não existem mecanismos, as pessoas não estão tendo recurso suficiente para levar a água para sua plantação.

Por incrível que pareça, eu recebi e li ontem a Revista *Science*, voltada para a agricultura e para o desenvolvimento ambiental do mundo, aqui no Estado de Mato Grosso foi descoberta agora uma jazida de água maior que três oceanos, em Juína, aqui em nosso Estado - maior que três oceanos! Está debaixo da terra aqui em nosso Estado.

Quer dizer, falta um pouco de empenho dos nossos líderes políticos e falta um pouco de empenho nosso, da nossa comunidade, cobrar mais dos nossos líderes políticos para que possam acelerar essa forma de fazer com que nós, produtores rurais, e me incluo porque vivo dentro de Várzea Grande, inclusive na nossa executiva tem uma assentada que faz parte da agricultura familiar e debate conosco todos os dias esse processo da agricultura familiar, que é muito falado, mas pouco desenvolvido e pouco investido.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

Eu quero aproveitar esta oportunidade em que há vários Deputados Estaduais para cobrar do nosso Poder Público, porque, infelizmente, o nosso Poder Público Municipal, os nossos Prefeitos que estiveram e ainda estão lá e os nossos Vereadores que foram eleitos e reeleitos, não estão aqui fazendo parte deste debate tão importante para o nosso município.

Muito obrigado a todos! Bom dia! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Com a palavra, o último inscrito, o Sr. Tiago Stefanello Nogueira. Depois o Presidente Nacional do INCRA fará as considerações finais.

O SR. TIAGO STEFANELLO NOGUEIRA - Boa tarde, já passou do meio-dia.

Sou Engenheiro Agrônomo, assim como o Presidente do INCRA, sou produtor rural do Município de Sorriso.

Quando recebemos o convite desta Audiência Pública, nobre Deputado Zé Carlos do Pátio, achamos por bem participar. Por quê? Porque hoje a nossa região passa por sérios problemas fundiários, temos 02 ou 03 assentamentos legalizados, que em virtude da não titulação, da morosidade da titulação para aqueles assentados, há muito conflito agrário na nossa região.

Eu tive a minha fazenda, uma parte dela não digo invadida, mas estavam roubando madeira. Isso é um problema social e é complicado, porque cai toda a história em nós, produtores. Nós geramos impostos, geramos divisa e não queremos conflito de maneira alguma, só que notamos... Eu, especificamente, como os demais, temos georreferenciamento das áreas, temos CAR - Cadastro Ambiental Rural, temos LAU - Licença Ambiental única, temos tudo legalizado, licença ambiental, todas as licenças ambientais. Então, por que essas áreas são invadidas, nobre Deputado? Essas áreas são legais! Os movimentos, eu não sou contra, eu acho que toda pessoa tem direito a trabalhar, quem quer trabalhar tem que ter terra, mas tem que ter aptidão para terra também. Não adianta querer terra para depois vender o lote e virar um comércio.

Hoje, Deputado, grande parte dessas invasões de terra é um mercado. É o invasor, quem fomenta o invasor que ganha: aquele primeiro invasor vende para o segundo, vende para o terceiro e aí com certeza o INCRA, hoje aqui representado pelo Presidente Leonardo Góes, não vai titular essas áreas, porque é um movimento ilegítimo. Não há nada que legalize isso.

Então, nós só pedimos para que o INCRA agilize esses processos de regulamentação. Como falou a Vereadora de Itanhangá, nós conhecemos vários agricultores de lá que estão com esse problema, são detentores do título e não têm os documentos para poder trabalhar na terra. Não somos contra, mas o que não pode é esse movimento em cima da legalização, em cima de terra virar um comércio. E hoje é um comércio, Deputado Zé Carlos do Pátio, informal, é um comércio que não gera imposto para o Estado. Nós, produtores, pagamos imposto; Vossa Excelência, Deputado, paga imposto. Então, legaliza para todo mundo pagar imposto, para todo mundo fazer um negócio viável e gerar renda para o Estado, gerar renda para os Municípios. A falta de assistência que esses assentamentos legalizados têm é bárbara.

Nós fizemos algum trabalho via sindicato rural para tentar colaborar com os assentamentos legais, é complicado. Notamos que há muita gente com aptidão para o agro, e quando falo agro não é só o grande, não, Deputado, é o médio, é o pequeno e é o micro produtor. Só que há muita gente que usufrui e usurpa disso para se promover.

Eu acho que não podemos ser só populistas, temos que ser práticos e ter foco no objetivo. Quem quer terra para trabalhar, que tenha a terra. A União não tem bilhões de hectares extraviados neste Brasil, que é enorme? Então, que dê essas terras a essas pessoas, mas não vão à busca de terra que são de propriedade de produtores, de famílias com 20, 30 anos em cima da área

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

com o seu título, com o seu georreferenciamento, com a sua matrícula, com a sua escritura. Isso não é áreas para serem invadidas.

Era só. Muito obrigado. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Muito obrigado, Sr. Tiago.

Agradeço a presença da Exm<sup>a</sup> Sr<sup>a</sup> Fabiana Rocha, Vereadora da Câmara Municipal de Guiratinga; da Sr<sup>a</sup> Clarita Lourenço, Presidente da Associação da Gleba São Simão, em Novo São Joaquim; da Sr<sup>a</sup> Nélia Benedita Ferreira, representando o Presidente da Associação Nova Aliança da Gleba Rio Vermelho, do Município de Rondonópolis; do Sr. Waldir Taques, Presidente da Associação dos Servidores do INTERMAT; do Sr. Francisco Borges, Vice-Presidente do SINTAP-MT, Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Agrícola, Agrário, Pecuário e Florestal do Estado de Mato Grosso; do Sr. Paulo Pereira de Lima, Presidente da Associação João de Barro, do Município de Poxoréu; da Sr<sup>a</sup> Alessandra Patrícia de Souza, Presidente da Associação Nova Vida, do Município de Cláudia; do Sr. Juraci Barbosa, Presidente da Associação Barra Bonita, do Município de Poxoréu; da Sr<sup>a</sup> Sueli Souza de Lima, Presidente da Associação União da Vitória, do Município de São José dos Quatro Marcos; do Sr. Marcos Gonçalves Moraes, Presidente da Associação dos Sem Terra Pitomba, do Município de Araputanga; do Sr. José Pereira Júnior, Secretário da Associação Rural Vale do Rio Areia, do Município de Juscimeira; do Sr. Altamiro Ribeiro, Presidente do Assentamento dos Pequenos Produtores de Água Branca, do Município de Chapada dos Guimarães; do Sr. Joaquim Alves da Silva, representando a Associação do Movimento Sem Terra, do Município de Indiavaí; do Sr. Edmilson Teixeira, Vice-Presidente da Associação do Vale do Sepotuba, do Município de Santo Afonso; do Sr. João Batista Pereira, Coordenador Estadual do Movimento da Luta pela Terra -MLT; da Sr<sup>a</sup> Rosália, a grande líder do MTA - Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados; do Sr. Cosmo Alves Araújo, Presidente do Acampamento Macaíba, em Rondonópolis; do Sr. Sebastião Martins de Oliveira, Presidente da Força Sindical do Sindicato dos Pensionistas de Mato Grosso; da Sr<sup>a</sup> Nilda, Presidente do Bairro Serra Dourada em Cuiabá; do Sr. Marcos Douglas, Presidente do Instituto de Biodiversidade Brasileira; do Sr. Antônio Augusto Miranda, Vereador eleito do Município de São Félix do Araguaia, a mais de mil quilômetros daqui; do Sr. Gidalti Ferreira de Jesus, Vereador eleito de Nobres; do Sr. José Norberto, Presidente do Partido Solidariedade de Várzea Grande; e da Sr<sup>a</sup> Nancy Konno, Vereadora eleita de Pedra Preta, nossa Presidente do Partido Solidariedade lá, fizemos 03 vereadores lá, parabéns, companheira Nancy.

Com a palavra, o Sr. Leonardo Góes, Presidente Nacional do INCRA, para as considerações finais.

Quero cumprimentar uma das maiores lideranças do Médio-Norte, Vereador Dionardo Mendes, de Campo Novo do Parecis.

Gente, eu tinha lido no início um monte de lideranças e agora mais, realmente, foi muito representativa esta Audiência Pública, não vieram pessoas, vieram lideranças de Mato Grosso todo. Estou muito feliz e quero dizer, Presidente do INCRA, nesses 09 mandatos que eu tenho sido eleito pelo povo mato-grossense e o rondonopolitano, que aumenta essa responsabilidade do INCRA Nacional de nos ajudar na questão da luta pela regularização fundiária e na luta pelo pequeno produtor. Queria muito esse apoio do senhor e de todo o INCRA, mas o senhor já demonstrou isso hoje, em que o INCRA Nacional veio em peso dar esse apoio para nós. Estou muito feliz, mas há uma necessidade de ampliarmos esse trabalho, principalmente, fazer a regularização fundiária para dar cidadania para as pessoas. O senhor pode estar certo que tem um companheiro aqui.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

Está aqui um Prefeito nosso, eleito também, é de Gaúcha do Norte, são Municípios a 400, a 500, a 1.500 quilômetros daqui. Mato Grosso é o maior Estado do País. Daí vemos companheiros e nos emocionamos. Agora mesmo estava o Dr. Antônio aqui, Vereador de mais de 1.200 quilômetros daqui, o Antônio que eu acabei de falar, que não está mais aqui.

Cadê o nosso Vereador de Colniza? Cadê ele? Quantos quilômetros daqui? São 1.150 quilômetros daqui! Só falta Santa Terezinha estar aqui, que são 1.500 e é estrada de chão! E os companheiros vêm! Não têm dó de vir não, vieram para te ver. Olha o prestígio que o senhor tem. Eu quero dizer que o jogo é bruto, não é fácil não ser Vereador e ser Deputado no Estado de Mato Grosso, porque andamos muito, rodamos muito, temos que trabalhar muito e eles sofrem muito lá na ponta.

Eu quero agradecer a todos os Vereadores, a todas as lideranças, se eu cometi algum equívoco, desculpem-me, porque são todos maravilhosos, alguns não estavam na hora que citei, mas eu quero dizer que lutaremos muito por vocês. Voltarei para Rondonópolis, mas ficarei de olho em Mato Grosso, gente, e eu preciso muito do senhor, Presidente.

Valdir Corrêa, a sua responsabilidade no Estado também aumenta, meu companheiro, porque você... O Valdir foi o meu Secretário de Agricultura do Município, é uma liderança que vem da base popular, da agricultura familiar, ele foi um dos maiores líderes que iniciou em Mato Grosso a luta pela reforma agrária e eu sei que teremos que trabalhar muito aqui. É um dos orgulhos que eu tenho, Presidente do INCRA, o Valdir Corrêa inclusive... (PALMAS)... é um dos exemplos que eu tenho. Queria pedir para o INCRA Nacional para cada vez valorizá-lo mais, porque eu tenho certeza de que ele, lá no INCRA Nacional, poderá olhar mais por Mato Grosso. Está aqui o Bosco, que precisa desse apoio.

Preciso muito desse apoio do senhor. Eu sei que o senhor veio de base popular, gostamos muito do senhor, é um homem que veio lá do nordeste, um povo de luta, de sofrimento, eu sou filho de nordestino também, tenho orgulho de ser filho de baiano, inclusive, do sertão da Bahia, o meu pai é de Macaúbas. Então, eu quero dizer, para o senhor, que olhe para Mato Grosso, porque este Mato Grosso é uma miscigenação de gente de todos os povos e de todas as regiões, um povo muito sofrido, que precisa desse apoio nosso e desse carinho nosso.

Quero que o senhor leve um abraço nosso ao Deputado Paulinho da Força, Paulo Pereira, que é outro lutador pelas causas populares, o nosso partido surgiu da Força Sindical, a maior central sindical deste País. Está bom? Muito obrigado.

Com a palavra, o Sr. Leonardo Góes Silva, Presidente Nacional do INCRA.

O SR. LEONARDO GÓES SILVA - Deputado, primeiro, agradecer-lhe de novo o convite. A iniciativa já elogiamos, mas também é bom ratificar. Realmente muito representativa esta Audiência Pública. Por mais que o momento seja breve, a partir da hora que vimos aqui no Estado com o nosso corpo diretor todo para ouvir um pouco a situação, fazemos sempre um estudo prévio. E para cá já vimos com a intenção de ouvir e coletar algumas impressões do que é prioritário para o Estado para que possamos confirmar o nosso compromisso. Isso é o principal.

Agradecemos ao Deputado e temos que agradecer mais ainda, como ele citou, ao Paulinho, com quem amanhã tomaremos café. Ele tem uma compreensão muito clara. A solidariedade encampou a Pasta da agricultura familiar e da reforma agrária. Ele teve a clareza e a compreensão de que, para tocar uma Pasta com um viés técnico, que é necessário, é importante separar o que é ideológico e a questão técnica que tem por trás do aparelho que é o instituto, era necessário chamar alguém, para a sua principal Pasta que recebeu do Governo, que era técnico de carreira, e ele chamou. Então somos mais do que gratos, temos com ele lealdade e, enfim, louvamos

## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.

---

a visão que o Partido teve de abrir mão do seu principal espaço, levando para lá um quadro técnico. Hoje já nem somos tão técnicos assim, já somos bem políticos também, temos que ser. Mas sou grato de mais ao Paulinho. Ele tem uma história ligada ao trabalho, à defesa dos trabalhadores. Agora migrou para o campo.

Então a encomenda foi muito clara para nós: vamos fazer o que é correto, vamos tentar desburocratizar isso, queremos levar essa política para, de fato, ela rodar. Não vamos repetir erros do passado. Eu tenho o meu CPF e o meu CIAP a zelar, então eu tenho o cuidado necessário para fazer as coisas da forma correta, não só desburocratizar, mas nós precisamos fazer o certo. O País já não aguenta mais gestores que colocam os pés pelas mãos. Na prática, quem sofre é a população, são vocês. Prende um aqui, condena outro ali, mas quem paga o preço mesmo é quem depende do serviço.

Então, Deputado Zé Carlos do Pátio, quero dizer a Vossa Excelência que vou contar muito aqui com o Bosco - ele está me ouvindo aqui. Quanto à questão que foi colocada aqui do CCIR- Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, vou te dar uma semana para você procurar pessoalmente o Superintendente aqui para resolver. Quanto à questão do ITR, é um banco de dados da Receita Federal e o INCRA não pode se pronunciar sobre isso. Mas quanto ao CCIR quero que você procure o Bosco. Quem falou aqui da demora, deve procurar pessoalmente o Bosco. Se em uma semana não for resolvido, meu cartão eu distribuiu aqui, você pode procurar a Presidência do INCRA. O Stanislau está ali do lado, é ele quem cuida inclusive do cadastro nacional de terras, e nós damos uma apertada no Bosco aqui, se ele não resolver esse problema.

Outra coisa que eu já gostaria de ter anunciado aqui é a posse do Bosco. Estamos aguardando uma tramitação burocrática, mas ele sempre soube, mesmo como interino, do empoderamento e da condição. Ele só é interino no Diário Oficial, uma questão formal da Secretaria de Governo estamos esperando concluir, mas, de fato, trabalhamos com o Bosco como se Superintendente fosse. Aliás, ele está como interino mais tempo do que já duraram alguns Superintendentes aí.

Então, Bosco, não se preocupe com isso aí. Essa é uma questão que pretendemos resolver. Gostaria até de ter trazido a Portaria para assinar aqui, mas não foi possível. Mas logo, logo, em breve, isso vai ser possível.

Voltando aos temas, é bom esclarecer um pouco a questão da medida provisória, de que o Bosco me lembrou, da titulação, que ela está saindo nesses próximos quinze dias.

O desbloqueio do TCU, nós estamos fazendo. Temos 120 dias, inclusive, para desbloquear quase 500.000 cadastros do SIPRA, estamos fazendo de forma massiva, na próxima semana já tem um piloto, Bosco, dos Estados, estamos ampliando o número de servidores cadastrado para fazer esse desbloqueio, para que as famílias tenham, de fato, acesso ao crédito. Quer dizer, é um trabalho árduo, gente. É um pouco mais de quatro meses que tivemos o desafio de superar sete meses, Deputado Zé Carlos do Pátio, com 10% do orçamento já executado. No final de maio, 90% do orçamento do INCRA já estava executado, que foi quando nós entramos no INCRA, com um catatau de dívidas, um acórdão do TCU bloqueando tudo, uma CPI que ainda estava em vigor e a luta ainda para aprovar um orçamento para o ano que vem para tivéssemos uma sobrevida.

Em razão disso, construímos uma medida provisória graças à sensibilidade do Presidente da República que vai dar o norte para que possamos agilizar essa questão da titulação.

Então, esse é o nosso compromisso que eu gostaria de ratificar aqui.

Agradeço, de novo, aos diretores que estão me ouvindo; ao Rogério, responsável pelo ordenamento fundiário e regularização fundiária no âmbito do INCRA; ao Roseno, nosso

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

Secretário, que saiu daqui, o programa Terra Legal é localizado na Secretaria dele. Então o INCRA e a Secretaria de Desenvolvimento Agrário andam alinhados, têm feito um trabalhado de alinhamento e de compromisso mútuo, de forma que não haja disputa a fim de que isso atrapalhe o que precisamos fazer de fato.

Em relação à regularização urbana, também podemos contribuir. Obviamente, cada caso é um caso. Temos que entender a particularidade do Município de Várzea Grande, se a terra é pública estadual, se a terra...

Nós temos uma expertise notória na questão dos levantamentos. O ideal é que se faça uma varredura e, depois dessa varredura, conseguir fazer a titulação. Eu iniciaria pelas áreas públicas, as praças... E aí você tem condições. O INCRA aqui deixa disponível a você que, se tiver condições de construir uma cooperação com o Município, com a SPU- Secretaria do Patrimônio da União e também com o Governo do Estado, o INCRA entra com parte dele, entra com o corpo técnico dele para ajudar nessa regularização fundiária urbana aqui.

Nossa prioridade obviamente é o meio rural, mas entendemos a questão urbana. Isso é uma questão que passa pelo País todo. Fiquei impressionado com dados que você colocou...

O SR. JOSÉ NORBERTO - O senhor me desculpe, passei uma informação equivocada. Estou aqui com quem foi Secretário Municipal de Meio Ambiente e 84% do nosso Município não tem regularização fundiária e temos seis assentamentos que não têm regularização. Então, na cidade, na realidade, não existe.

O SR. LEONARDO GÓES SILVA - Assentamento que não tem regularização... Quer dizer, assentamento que não tem título, não é? A regularização fundiária, a própria criação de um projeto de assentamentos já é o primeiro ponto. Quando você destina uma área para a reforma agrária, você já está ali, destinando uma área pública ou particular para uma finalidade específica. Aí vem o segundo ponto, que é você titular aquelas famílias lá. Esse é o ponto em que estamos focando aqui.

Portanto, que fique claro o que nós colocamos, preciso que vocês cobrem, os movimentos sociais estão aqui. Vou reforçar: FETAGRI, MLT, todos os movimentos aqui. Perdoem-me pela ausência das siglas, porque são muitas pelo Brasil. Mas ajudem a cobrar o que estamos falando aqui.

Primeiramente, cobrem o João Bosco de Moraes. Não é, Bosco? Em segundo lugar, podem bater lá na Presidência, para que tenhamos a efetividade aqui nesse compromisso.

Eu pretendo voltar, Deputado Zé Carlos do Pátio, se não na sua posse, porque acho que no primeiro dia do ano não estarei aqui, logo depois irei a Rondonópolis discutir um pouco a política lá de regularização fundiária e a reforma agrária da região Sul.

Vamos usar sua experiência como Deputado, apesar de que Vossa Excelência terá que focar um pouco em seu Município. Quero discutir um pouco sobre a Região Sul para que Vossa Excelência nos dê um pouco do caminho, das prioridades.

Não vamos obviamente abraçar o mundo e querer fazer tudo. É a mesma coisa que dizer aos senhores que não vamos fazer nada. Então, vamos por partes, acho que esta Audiência Pública foi um crivo importante para definirmos o que é prioridade.

Está nítido aqui que é um consenso no Estado de Mato Grosso que a titulação, seja assentamento, seja fora dele, é a principal prioridade. Tem Estados que não. É preciso dizer a vocês que temos Estados, eu vim do Nordeste, sou baiano, e no Nordeste tem uma questão ainda muito grande da luta pela terra. Lá se concentra o maior número de acampamentos. Ainda temos questões complicadas da viabilidade da produção em algumas regiões. A pobreza ainda é marcante lá, há



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 09H.

---

discrepância. E aqui também tem. Fizeram até uma analogia aqui ao ano 1.500, como se permanecesse ainda parte daquela estrutura. Mas no Nordeste ainda tem um complicador adicional, que é a estiagem, a seca, a falta de água. Então conhecemos um pouco a realidade e sabemos que não é fácil.

Aqui está muito claro que essa política nossa de titulação dará um resultado expressivo à sociedade, talvez até mudando esse quadro da CEASA de Várzea Grande. Que possamos incentivar a agricultura familiar e a produção de alimentos, que, não obstante a vocação do País também para produzir commodities, ninguém almoça soja, ninguém milho. Nós precisamos produzir alimentos e não faz sentido um Estado com a dimensão territorial de Mato Grosso importar 100% do que come de Estados vizinhos. Essa realidade pretendemos mudar, e acho que a reforma agrária e a agricultura familiar é que têm potencial para fazer isso.

Eu vou contar para isso com todos, com a Câmara... Eu já conversei com o Ministro da Agricultura, que é daqui, que também é um grande produtor, e dizia a ele que nós podemos somar forças.

A EMBRAPA, que está localizada no Ministério da Agricultura, tem um grupo de inteligência territorial, que muito nos ajuda, tem talvez um setor de pesquisa na área agrícola e agrária do Brasil mais importante e nós pretendemos, sim... Já temos convênio com universidades, temos convênio com a UNB - Universidade de Brasília, com a Universidade Federal do Maranhão e de Santa Catarina, podemos estudar uma parceria com a Universidade de Mato Grosso, isso nós vamos colocar no colo do Deputado Zé Carlos do Pátio.

No momento certo, viremos fazer a discussão, mas já temos... Já temos quatro termos de cooperação, que discutem projetos agroindustriais, elevação da produtividade dos assentamentos, que corre um pouco diferente da política de assistência técnica, é uma política mais de estruturar cadeias, estudar mercados e a logística da produção dos assentamentos.

Então, eu quero parabenizar de novo e agradecer-los pela paciência. (PALMAS)  
(PARTICIPANTES MANIFESTAM-SE DIZENDO: “MLT A NOSSA LUTA É PARA VALER!” - PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Vamos de novo, MLT...  
(PARTICIPANTES MANIFESTAM-SE DIZENDO: “MLT A NOSSA LUTA É PARA VALER!” - PALMAS.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Isso é bom, na base. É bom isso. Aqui estamos meio desconfortáveis.

Mas, eu quero colocar, Presidente Leonardo, uma coisa para o senhor pensar no Brasil inteiro, o senhor é Presidente Nacional do INCRA. Cada um real que o senhor colocar, eu vou assumir uma Prefeitura, cada um real que o senhor colocar lá para a reforma agrária, o senhor terá dois meus. O senhor vai assustar... (PALMAS)

Eu quero dizer ao senhor... É um compromisso muito grande que eu tenho com a reforma agrária, eu quero dizer aos prefeitos do Solidariedade e aos prefeitos do Mato Grosso que têm compromisso com a reforma agrária, que coloquem a sua contrapartida também na luta pela reforma agrária. Já que eu vou assumir agora uma prefeitura, uma prefeitura de 220 mil habitantes, a segunda economia do Estado... Estão aqui alguns prefeitos, eu quero pedir que cada um real que o INCRA colocar, coloquem dois. Vamos fazer um êxodo urbano, tirar o povo da cidade e levar para a roça.

Inclusive, Presidente Leonardo Góes, eu quero fazer uma proposta ao senhor. Eu falei com o Valdir Corrêa, o Projeto Casulo é um projeto que eu tenho um sentimento muito grande

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**  
**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**  
**URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE**  
**2016, ÀS 09H.**

---

dentro do meu coração, que é esse pessoal de cinquenta, sessenta, setenta anos, que o País não deu oportunidade, não deu educação, não deu saúde, não deu chance para ele. Tiraram ele da roça e levaram para a cidade e o sonho dele é voltar para a roça!

O duro é que, quando vai lutar lá na roça, a Justiça não deixa, pede reintegração de posse. Quando vem para a cidade, eu quero colocar ele para ajudar a limpar a cidade, varrer a rua e o Ministério Público não deixa, porque tem que ter concurso.

Então, eu quero, Presidente do INCRA, que implantemos, realmente, esse cinturão verde nas prefeituras que têm compromisso com a reforma agrária, porque eu irei lutar. Se precisar colocar água eu lutarei, colocar energia, eu lutarei. Está aqui o exemplo de Rondonópolis, nos assentamentos rurais de Rondonópolis, eu não tive dó em furar poço artesiano; levar água; puxar água de mina; criar política pública para dar cidadania; entregar trator nos assentamentos rurais; eu não tive dó de comprar motos - porque carro é caro demais - para fazer... Realmente, para dar assistência técnica. Não tive problema.

Criei um programa, eu devo tudo ao Valdir Corrêa, que foi o meu Secretário. Criei um programa, que é um programa de piscicultura, fizemos mais de trezentos tanques de peixes! E estamos construindo agora um frigorífico de peixe lá.

Eu quero, Presidente do INCRA, que o senhor volte para Rondonópolis, que o senhor volte em Gaúcha do Norte. Prefeito, que volte em Pedra Preta, todos os prefeitos que estão aqui, que voltem, porque eu quero pedir para os senhores que façamos uma revolução rural, ao apoiar o trabalhador da zona rural. Vamos construir esses projetos de tirar o povo da cidade. Eu não aguento mais ver aquele povo, principalmente, o humilde de setenta ou sessenta anos, que tem ainda uma sobriedade de dez anos, que não aguenta mais ficar na cidade espremido, realmente, num terreninho de dez por vinte. Morre ali, calado, porque toda a vida dele foi plantar. O Estado não dá chance para ele, as instituições não dão chance para ele, esse é o Estado que estamos vivendo.

Então, eu queria dizer isso ao senhor. Eu quero dizer ao senhor que eu tentei implantar minha vida toda, nesses mais de trinta anos de vida pública, é o meu sonho. Então, eu peço esse apoio ao senhor.

No município daquele prefeito ali, só de água, eu estou colocando agora, em onze assentamentos, furando poço artesiano, levando dinheiro de emenda parlamentar, só no município dele, onze assentamentos! Eu sei que o problema que vamos resolver é no campo.

Quero dizer aos senhores que é o meu sonho.

Antes de encerrar esta Audiência Pública, convido todos para ouvir o Hino de Mato Grosso... (PAUSA - PROBLEMAS TÉCNICOS)

Vamos mudar. O Regimento Interno nos manda encerrar com o Hino de Mato Grosso, mas, devido a problemas técnicos, vamos rezar um Pai Nosso, porque é muito melhor do que cantar o Hino.

Vamos todos dar as mãos e rezar o Pai Nosso.

(PARTICIPANTES PROCEDEM À ORAÇÃO DO PAI NOSSO.)

O SR. PRESIDENTE (ZÉ CARLOS DO PÁTIO) - Declaro encerrada a presente Audiência Pública e muito obrigado a todos. (PALMAS)

**Equipe Técnica:**

- Taquigrafia:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO  
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA  
URBANA E RURAL DE MATO GROSSO, REALIZADA NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE  
2016, ÀS 09H.

---

- Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
  - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
  - Cristina Maria Costa e Silva;
  - Dircilene Rosa Martins;
  - Donata Maria da Silva Moreira;
  - Isabel Luíza Lopes;
  - Luciane Carvalho Borges;
  - Nerissa Noujain Salomão Santos;
  - Rosilene Ribeiro de França;
  - Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
- Ila de Castilho Varjão;
  - Ivone Borges de Aguiar Argüelio;
  - Regina Célia Garcia;
  - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
  - Rosivânia Ribeiro de França;
  - Sheila Cristiane de Carvalho;
  - Solange Aparecida Barros Pereira.